

--- N.º 4/2020 ATA DA REUNIÃO ORDINÁRIA DE VINTE E CINCO DE SETEMBRO DE DOIS MIL E VINTE.-----

--- Aos vinte e cinco dias do mês de setembro de dois mil e vinte, nesta cidade de Vila Nova de Famalicão, reuniu, ordinariamente, no formato Videoconferência-Online, a Assembleia Municipal deste concelho, com a seguinte:-----

----- ORDEM DE TRABALHOS -----

---PRIMEIRO PONTO – INFORMAÇÕES DO SENHOR PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL SOBRE A ATIVIDADE DA MESMA. (GRELHA D)-----

---SEGUNDO PONTO – DISCUSSÃO E VOTAÇÃO DA PROPOSTA DA CÂMARA MUNICIPAL DE 3ª ALTERAÇÃO ORÇAMENTAL MODIFICATIVA, NOS TERMOS E PARA OS EFEITOS DO DISPOSTO NA ALÍNEA A) DO Nº 1 ARTIGO 25º DO ANEXO 1 DA LEI Nº 75/2013, DE 12 DE SETEMBRO, TUDO NOS TERMOS DA RESPETIVA PROPOSTA. (GRELHA E)-----

---TERCEIRO PONTO – DISCUSSÃO E VOTAÇÃO DA PROPOSTA DA CÂMARA MUNICIPAL DE 4ª ALTERAÇÃO ORÇAMENTAL MODIFICATIVA, NOS TERMOS E PARA OS EFEITOS DO DISPOSTO NA ALÍNEA A) DO Nº 1 ARTIGO 25º DO ANEXO 1 DA LEI Nº 75/2013, DE 12 DE SETEMBRO, TUDO NOS TERMOS DA RESPETIVA PROPOSTA. (GRELHA E)-----

---QUARTO PONTO – DISCUSSÃO E VOTAÇÃO DA PROPOSTA DA CÂMARA MUNICIPAL DE EMPRÉSTIMO DE MÉDIO E LONGO PRAZO ATÉ AO MONTANTE DE 274.900,00€, ATRAVÉS DO EQ BEI – LINHA BEI PT 2020 – AUTARQUIAS PARA A OBRA “INTERFACE 2 – ESTAÇÃO RODOVIÁRIA DE PASSAGEIROS OPERAÇÃO NORTE-05-1406-FEDER-000187”, NOS TERMOS E PARA OS EFEITOS PREVISTOS NA ALÍNEA F) DO NÚMERO 1 DO ARTIGO 25º DA LEI N.º 75/2013, DE 12 DE SETEMBRO, TUDO NOS TERMOS DA RESPETIVA PROPOSTA. (GRELHA E)-----

---QUINTO PONTO – DISCUSSÃO E VOTAÇÃO DA PROPOSTA DA CÂMARA MUNICIPAL DE EMPRÉSTIMO DE MÉDIO E LONGO PRAZO ATÉ AO MONTANTE DE 1.995.678,50€, ATRAVÉS DO EQ BEI – LINHA BEI PT 2020 – AUTARQUIAS PARA A OBRA “ESPAÇOS PÚBLICOS DA ÁREA CENTRAL DA CIDADE - REABILITAÇÃO OPERAÇÃO NORTE-05-2316-FEDER-000162”, NOS TERMOS E PARA OS EFEITOS

PREVISTOS NA ALÍNEA F) DO NÚMERO 1 DO ARTIGO 25º DA LEI N.º 75/2013, DE 12 DE SETEMBRO, TUDO NOS TERMOS DA RESPETIVA PROPOSTA. (GRELHA E)

---SEXTO PONTO – DISCUSSÃO E VOTAÇÃO DA PROPOSTA DA CÂMARA MUNICIPAL DE ASSUNÇÃO DO COMPROMISSO PLURIANUAL DO APOIO FINANCEIRO NO VALOR DE 76.500,00 € (SETENTA E SEIS MIL E QUINHENTOS EUROS), À UNIÃO DE FREGUESIAS DE LEMENHE, MOUQUIM E JESUFREI, TUDO NOS TERMOS DA RESPETIVA PROPOSTA. (GRELHA E)-----

---SÉTIMO PONTO – DISCUSSÃO E VOTAÇÃO DA PROPOSTA DA CÂMARA MUNICIPAL DE ASSUNÇÃO DOS COMPROMISSOS PLURIANUAIS REFERENTE AO PAGAMENTO DE INDEMNIZAÇÕES A COMERCIANTES DO CENTRO COORDENADOR DE TRANSPORTES, TUDO NOS TERMOS DA RESPETIVA PROPOSTA. (GRELHA E)-----

---OITAVO PONTO - DISCUSSÃO E VOTAÇÃO DA PROPOSTA DA CÂMARA MUNICIPAL DE ABERTURA DE PROCEDIMENTO DE CONCURSO PÚBLICO, COM PUBLICIDADE INTERNACIONAL PARA CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS DE FATURAÇÃO E GESTÃO INTEGRADA DOS SERVIÇOS DE ABASTECIMENTO DE ÁGUA, TRATAMENTO DE ÁGUAS RESIDUAIS E RESÍDUOS SÓLIDOS, COM O PREÇO BASE DE 330.000,00€, TUDO NOS TERMOS DA RESPETIVA PROPOSTA. (GRELHA E)-----

---NONO PONTO – DISCUSSÃO E VOTAÇÃO DA PROPOSTA DA CÂMARA MUNICIPAL DE ABERTURA DE PROCEDIMENTO DE CONCURSO PÚBLICO, COM PUBLICIDADE INTERNACIONAL PARA REALIZAR A DESPESA RELATIVA AO SERVIÇO DE TRANSPORTES PÚBLICOS PARA O “PASSE SÉNIOR FELIZ” ATÉ AO MONTANTE GLOBAL ESTIMADO DE 250.000,00€, TUDO NOS TERMOS DA RESPETIVA PROPOSTA. (GRELHA E)-----

---DÉCIMO PONTO – DISCUSSÃO E VOTAÇÃO DA PROPOSTA DA CÂMARA MUNICIPAL DE ABERTURA DE PROCEDIMENTO DE CONCURSO PÚBLICO, COM PUBLICIDADE INTERNACIONAL DESTINADO À CONTRATAÇÃO DO FORNECIMENTO DE ENERGIA ELÉTRICA DE GRANDE POTÊNCIA PARA DIVERSAS INSTALAÇÕES MUNICIPAIS E INSTALAÇÕES ESCOLARES, ATÉ AO

MONTANTE GLOBAL ESTIMADO DE 4.158.477,33€ (QUATRO MILHÕES, CENTO E CINQUENTA E OITO MIL, QUATROCENTOS E SETENTA E SETE EUROS E TRINTA E TRÊS CÊNTIMOS), TUDO NOS TERMOS DA RESPETIVA PROPOSTA. (GRELHA E)-----

---DÉCIMO PRIMEIRO PONTO – DISCUSSÃO E VOTAÇÃO DA PROPOSTA DA CÂMARA MUNICIPAL DE ABERTURA DE PROCEDIMENTO DE CONCURSO LIMITADO POR PRÉVIA QUALIFICAÇÃO, COM PUBLICIDADE INTERNACIONAL - VIGILÂNCIA DO EDIFÍCIO DOS PAÇOS DO CONCELHO, OFICINAS GERAIS E MUSEU FERROVIÁRIO DE LOUSADO, ATÉ AO MONTANTE GLOBAL ESTIMADO DE 647.551,92€ (SEISCENTOS E QUARENTA E SETE MIL, QUINHENTOS E CINQUENTA E UM EUROS E NOVENTA E DOIS CÊNTIMOS), TUDO NOS TERMOS DA RESPETIVA PROPOSTA. (GRELHA E)-----

---DÉCIMO SEGUNDO PONTO – DISCUSSÃO E VOTAÇÃO DA PROPOSTA DA CÂMARA MUNICIPAL DE ABERTURA DE PROCEDIMENTO DE CONCURSO PÚBLICO, COM PUBLICIDADE INTERNACIONAL - VIGILÂNCIA DO PARQUE DA DEVESA, CENTRO COORDENADOR DE TRANSPORTES E DIVISÃO DE AMBIENTE, ATÉ AO MONTANTE GLOBAL ESTIMADO DE 919.224,00€ (NOVECENTOS E DEZANOVE MIL, DUZENTOS E VINTE E QUATRO EUROS), TUDO NOS TERMOS DA RESPETIVA PROPOSTA. (GRELHA E) -----

---DÉCIMO TERCEIRO PONTO – DISCUSSÃO E VOTAÇÃO DA PROPOSTA DA CÂMARA MUNICIPAL DE MEDIDA EXCECIONAL E TEMPORÁRIA NO ÂMBITO DA INFEÇÃO EPIDEMIOLÓGICA COVID-19 – REDUÇÃO DA TAXA DEVIDA PELA UTILIZAÇÃO DAS PISCINAS DESCOBERTAS – RATIFICAÇÃO DO DESPACHO PROFERIDO PELO PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL, TUDO NOS TERMOS DA RESPETIVA PROPOSTA. (GRELHA E)-----

---DÉCIMO QUARTO PONTO – DISCUSSÃO E VOTAÇÃO DA PROPOSTA DA CÂMARA MUNICIPAL DE DESAFETAÇÃO DO DOMÍNIO PÚBLICO PARA O DOMÍNIO PRIVADO DO MUNICÍPIO DE PARCELA DE TERRENO COM A ÁREA DE 156,00 M2, DECORRENTE DA ALTERAÇÃO DO LOTEAMENTO COM ALVARÁ N.º

16/2006, DA UNIÃO DAS FREGUESIAS DE LEMENHE, MOUQUIM E JESUFREI, TUDO NOS TERMOS DA RESPETIVA PROPOSTA. (GRELHA E)-----

---DÉCIMO QUINTO PONTO – DISCUSSÃO E VOTAÇÃO DA PROPOSTA DA CÂMARA MUNICIPAL DE DESAFETAÇÃO DE PARCELA DE TERRENO AFETA AO DOMÍNIO PÚBLICO E AFETAÇÃO AO DOMÍNIO PRIVADO DO MUNICÍPIO, COM A ÁREA DE 659,00 M2, DECORRENTE DA ALTERAÇÃO DO LOTEAMENTO COM ALVARÁ N.º 47/2001, DA UNIÃO DAS FREGUESIAS DE LEMENHE, MOUQUIM E JESUFREI, TUDO NOS TERMOS DA RESPETIVA PROPOSTA. (GRELHA E)-----

---DÉCIMO SEXTO PONTO – DISCUSSÃO E VOTAÇÃO DA PROPOSTA DA CÂMARA MUNICIPAL DE DESAFETAÇÃO DE PARCELA DE TERRENO AFETA AO DOMÍNIO PÚBLICO E AFETAÇÃO AO DOMÍNIO PRIVADO DO MUNICÍPIO, COM A ÁREA DE 106,00 M2, DECORRENTE DA ALTERAÇÃO DO LOTEAMENTO DENOMINADO QUINTA DE REBORDELO, SITO NA UNIÃO DAS FREGUESIAS DE RUIVÃES E NOVAIS, DO CONCELHO DE VILA NOVA DE FAMALICÃO, TUDO NOS TERMOS DA RESPETIVA PROPOSTA. (GRELHA E) -----

---DÉCIMO SÉTIMO PONTO – DISCUSSÃO E VOTAÇÃO DA PROPOSTA DA CÂMARA MUNICIPAL DE ALTERAÇÃO DOS ESTATUTOS DA ASSOCIAÇÃO DE MUNICÍPIOS DE FINS ESPECÍFICOS MOBIAVE – SERVIÇOS DE MOBILIDADE E GESTÃO DE TRANSPORTES PÚBLICOS, NOS TERMOS E PARA OS EFEITOS DO DISPOSTO NO N.º 1 DO ARTIGO 108.º E NO N.º 3 DO ARTIGO 109.º, AMBOS DO ANEXO I À LEI N.º 75/2013, DE 12 DE SETEMBRO, NA SUA REDAÇÃO ATUAL, TUDO NOS TERMOS DA RESPETIVA PROPOSTA. (GRELHA E)-----

---DÉCIMO OITAVO PONTO – DISCUSSÃO E VOTAÇÃO DA PROPOSTA DA CÂMARA MUNICIPAL DE CONTRATOS INTERADMINISTRATIVOS DE DELEGAÇÃO DE COMPETÊNCIAS DE OBRAS COM AS JUNTAS DE FREGUESIA DE RUIVÃES E NOVAIS, DELÃES, ANTAS E ABADE DE VERMOIM, ARNOSO (SANTA MARIA E SANTA EULÁLIA) E SEZURES, ESMERIZ E CABEÇUDOS, LOUSADO, FRADELOS, RIBA DE AVE E GAVIÃO, TUDO NOS TERMOS DA RESPETIVA PROPOSTA. (GRELHA E)-----

---DÉCIMO NONO PONTO – DISCUSSÃO E VOTAÇÃO DA PROPOSTA DA CÂMARA MUNICIPAL DE NOMEAÇÃO DOS JÚRIS PARA OS PROCEDIMENTOS CONCURSAIS PARA CARGOS DE DIREÇÃO INTERMÉDIA O PROVIMENTO DE LUGARES DE DIREÇÃO INTERMÉDIA DE 2.º GRAU VISANDO O PROVIMENTO DOS LUGARES DE CHEFE DE DIVISÃO MUNICIPAL DAS SEGUINTE UNIDADES ORGÂNICAS: DIVISÃO DE BALCÃO ÚNICO DE ATENDIMENTO E DIVISÃO DE GESTÃO URBANÍSTICA, NOS TERMOS E PARA OS EFEITOS PREVISTOS NO ART.º 13.º DA LEI N.º 49/2012, DE 29 DE AGOSTO, TUDO NOS TERMOS DA RESPETIVA PROPOSTA. (GRELHA E)-----

--- A Mesa, presidida por João Nuno Lacerda Teixeira de Melo e secretariada por Luís Ângelo Rodrigues Oliveira e Heitor Rui Santos Bernardo, verificou a existência de "quórum" e assinalou as seguintes presenças e faltas: -----

---ADELINO SANTOS OLIVEIRA-----

---ADELINO SILVA COSTA-----

---AGOSTINHO SILVA VEIGA -----

---ÁLVARO JOAQUIM COSTA OLIVEIRA -----

---ANA FILIPA FERNANDES OLIVEIRA -----

---ANDRÉ LUÍS LOPES OLIVEIRA-----

---ANDREIA FERREIRA TAVARES -----

---ANTÓNIO AFONSO ARAÚJO REBELO-----

---ANTÓNIO ALBERTO SIMÕES COSTA-----

---ANTÓNIO EMÍDIO BRANDÃO PINHO -----

---ANTÓNIO FERNANDO SANGUEDO MEIRELES-----

---ANTÓNIO JACINTO COELHO COSTA-----

---ANTÓNIO JORGE VIEIRA AMARAL-----

---ANTÓNIO MANUEL CARVALHO GOMES -----

---ARMINDO FERNANDES GOMES -----

---ARMINDO MANUEL SAMPAIO MOURÃO-----

---AVELINO FREITAS SILVA -----

---BERNARDINO GOMES MARTINS -----

---CÂNDIDA JESUS DA SILVA VELOSO -----
---CARLA SOFIA SANTANA A. RIBEIRO FARIA -----
---CARLOS ALBERTO COSTA GOMES -----
---CARLOS ALBERTO COSTA PEREIRA -----
---CARLOS ALBERTO DA COSTA FERNANDES -----
---CATARINA ISABEL ROCHA MACHADO -----
---CECÍLIA MARIA CARVALHO MARTINS -----
---CLÁUDIO JOSÉ MONTEIRO CADEIA -----
---DANIEL RIBEIRO PADRÃO SAMPAIO -----
---DELFINO FERNANDO MACHADO ABREU -----
---DUARTE ANTENOR SILVA VEIGA -----
---FERNANDO JORGE FERREIRA SILVA -----
---FRANCISCO JOSÉ NOGUEIRA GONÇALVES -----
---FRANCISCO RODRIGUES SÁ -----
---GERMANO ANTONIO DA SILVA ARAÚJO -----
---HEITOR RUI SANTOS BERNARDO -----
---HÉLDER JOAQUIM FERNANDES PEREIRA -----
---HUGO ALEXANDRE MIRANDA SAMPAIO -----
---JOANA ISABEL GONÇALVES SANTOS SILVA -----
---JOÃO CARLOS PEREIRA ALVES FERREIRA -----
---JOÃO NUNO LACERDA TEIXEIRA DE MELO -----
---JOÃO PEDRO SAMPAIO DE ARAÚJO -----
---JORGE PAULO SILVA OLIVEIRA -----
---JOSÉ CARLOS SILVA LIMA -----
---JOSÉ JOAQUIM SOUSA GONÇALVES PEREIRA -----
---JOSÉ LUÍS SAMPAIO ALVES -----
---JOSÉ NUNO MARQUES MOREIRA -----
---JUDITE CELESTE RIBEIRO COSTA -----
---LUÍS ÂNGELO RODRIGUES OLIVEIRA -----
---LUÍS FERNANDO ANDRADE MONIZ -----

---MANUEL FRANCISCO CARVALHO OLIVEIRA -----

---MANUEL JOAQUIM FARIA SILVA -----

---MANUEL JOAQUIM RODRIGUES CARVALHO -----

---MANUEL NOVAIS OLIVEIRA -----

---MANUEL SILVA ALVES -----

---MÁRCIA FILIPA RORIZ NUNES -----

---MARIA ESTELA SÁ VELOSO CARDONA -----

---MARIA FÁTIMA FERNANDES COSTA -----

---MARIA INÊS MOREIRA VIEIRA GOMES --- **FALTOU-JUSTIFICOU** -----

---PAULA ROSA GOMES PEIXOTO DOURADO -----

---PAULO AGOSTINHO FARIA COSTA MARQUES FOLHADELA -----

---PAULO CÉSAR GONÇALVES MARINHO PINTO -----

---PAULO JORGE BARBOSA OLIVEIRA -----

---PAULO MANUEL MARQUES DA COSTA -----

---PEDRO TIAGO SILVA OLIVEIRA -----

---RICARDO JOSÉ MESQUITA CARVALHO COSTA -----

---RITA SANGREMAN PROENÇA PIRES DE LIMA -----

---RUI MIGUEL SÁ FARIA -----

---RUI PEDRO PACHECO ALVES -----

---SUSANA MARIA COSTA PEREIRA -----

---TOMÁS MANUEL CUNHA SOUSA -----

--- Verificado o quórum deu-se início à sessão com o período de: -----

-----**ANTES DA ORDEM DO DIA** -----

--- **PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL (NUNO MELO)** -----

---Colocou à discussão e votação a ata da Assembleia Municipal de vinte e seis de junho de dois mil e vinte. -----

--- Não havendo inscrições para discussão, passou-se de imediato à sua votação: -----

--- *Posta à votação a ata da sessão da Assembleia Municipal de vinte e seis de junho de dois mil e vinte, foi a mesma aprovada, por unanimidade.* -----

--- Informou que, deram entrada na Mesa duas Moções apresentadas pelo Grupo Municipal do BE, dois Votos de Congratulação apresentados pelo Grupo Municipal do PS, uma Saudação e duas Moções apresentadas pelo Grupo Municipal da CDU e dois Votos de Congratulação apresentados pelo Grupo Municipal do PSD. -----

---**PAULO COSTA (BE)** – Fez a leitura da moção que é do seguinte teor:-----

--- “Pela disponibilização de testes gratuitos a professores, assistentes operacionais e alunos”
Considerando que: a) O contexto de pandemia obrigou ao encerramento de todos os estabelecimentos escolares no dia 16 de março de 2020, com grave prejuízo para toda a comunidade escolar, em particular para as aprendizagens dos alunos; b) Uma parte dos docentes em exercício de funções nas escolas pertence a grupos de risco, principalmente devido à faixa etária média da classe docente; c) A ausência de sintomas em grande parte da população jovem faz com que as potenciais infeções por COVID-19 passem despercebidas e se tornem potenciais fatores de contágio, visto que o critério de testagem definida está associado ao aparecimento de sintomas; d) A transmissão do SARS-CoV-2 na população pediátrica permanece "um enigma" alvo de estudo e de poucas conclusões definitivas; e) Segundo um estudo a nível mundial, realizado pela Organização Internacional do Trabalho, a COVID-19 deixou um em cada oito jovens (13%) sem qualquer acesso a aulas, ensino ou formação, números que também se encontram próximos da realidade portuguesa; f) A Escola constitui-se como a espinha dorsal da nossa sociedade enquanto ferramenta fundamental para debelar desigualdades sociais, pelo que a não frequência de aulas tende a penalizar os mais vulneráveis; g) O regresso às escolas no ano letivo de 2020/21 assume particular importância a todos os níveis, e a reabertura das escolas é tida como essencial para o retorno de muitas famílias ao trabalho e como um fator de recuperação de aprendizagem fundamental para as crianças e jovens; h) A reabertura das escolas faz aumentar os contactos sociais e físicos devido à mobilidade subjacente de retorno ao trabalho por parte de muitas famílias, transporte para a escola e retomar de muitas relações sociais interrompidas, fator que potencia a disseminação do vírus na comunidade; i) A identificação precoce de casos positivos pré-sintomáticos é uma medida de prevenção que permite agir sobre eventuais cadeias de transmissão antes que elas se transformem em surtos, dentro e fora das escolas; j) A testagem regular pode ser particularmente importante no período do Inverno onde as constipações ou

gripes podem ser confundidas com a COVID-19. Separar outras doenças da COVID-19 trará menos sobrecarga ao Serviço Nacional de Saúde e menos sobrecarga aos agregados familiares que assim não necessitam de períodos de quarentena com consequências económicas e financeiras associadas. Assim, a Assembleia Municipal de Vila Nova de Famalicão reunida a 25 de setembro de 2020, ao abrigo do artigo 25.º, n.º 2, alíneas j) e k) do Anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de Setembro, delibera: 1 - Instar o Governo a organizar os meios e os recursos para a realização de testes gratuitos a todos os professores/as, alunos/as e assistentes operacionais das escolas públicas, no âmbito do início do ano letivo, em articulação com as autarquias e saúde pública, remetendo para posterior testagem mais sensível, e também gratuita, os casos positivos resultantes do primeiro teste; 2 - Instar o Governo a assegurar que os agrupamentos escolares e equipas de saúde locais, em articulação com as autarquias e saúde pública, têm capacidade para disponibilizar gratuitamente a realização de teste rápido a professores, alunos e assistentes operacionais, a qualquer momento do ano letivo, e dissemine conteúdo formativo com conhecimento e boas práticas sobre a COVID-19 e o processo de testagem e isolamento; 3 - Instar o Governo à realização do teste periódico por amostragem para monitorizar o estado epidemiológico das escolas.” -----

---**PAULO COSTA (BE)** – Fez a leitura da moção que é do seguinte teor:-----

--- “Contra o processo de eleição indireta dos presidentes das CCDR e pela instituição efetiva das Regiões Administrativas.” Na sequência do Decreto-Lei n.º 27/2020, de 17 de julho e da Lei n.º 37/2020 de 17 de agosto, vai ocorrer em 13 de outubro próximo a eleição dos presidentes das Comissões de Coordenação e Desenvolvimento Regional (CCDR). Como é sabido, aqueles normativos consagram um colégio eleitoral composto pelos presidentes e vereadores das câmaras municipais e pelos presidentes e membros das assembleias municipais da respetiva área territorial. As CCDR são serviços periféricos da administração direta do Estado, sob a direção do Ministério da Coesão Territorial em coordenação com outros ministérios. Têm importantes atribuições: para além de apoio técnico às autarquias locais, é missão das CCDR’s executar políticas de ambiente, ordenamento territorial e cidades e de desenvolvimento regional (abrangendo os programas operacionais regionais e outros fundos comunitários), assim como promover a atuação coordenada dos serviços desconcentrados de âmbito regional. A eleição dos presidentes das CCDR em outubro

próximo será feita por eleitos autárquicos. Porém, para além de nenhum autarca ter sido eleito com tal competência, tal eleição dum presidente da CCDR para os próximos 5 anos quando estamos a um ano de novas eleições autárquicas, enfraquece a legitimidade do processo e está a transformar-se numa espécie de oligopólio eleitoral, com PS e PSD a distribuírem entre si cargos de presidente nas várias CCDR, num processo que de democrático tem muito pouco. Fica, isso sim, evidente a intenção de manter o bloqueio à Regionalização consagrada na Constituição desde 1976. A eleição em 13 de outubro próximo é também desconforme à descentralização democrática prevista na Constituição através da atribuição de competências e meios a órgãos regionais com legitimidade democrática própria, sujeitos ao escrutínio universal, democrático e transparente. Assim, a Assembleia Municipal de Vila Nova de Famalicão reunida a 25 de setembro de 2020, ao abrigo do artigo 25.º, n.º 2, alíneas j) e k) do Anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de Setembro, delibera: 1. Manifestar discordância pelo processo de eleição indireta dos presidentes das CCDR, como previsto no DL n.º 27/2020 e na Lei n.º 37/2020 de 17 de Agosto; 2. Insistir junto dos órgãos da República para que se avance, o mais rapidamente possível, no processo de instituição efetiva das Regiões Administrativas prevista na Constituição desde 1976.”-----

---**PAULO FOLHADELA (PS)** – Fez a leitura do voto de congratulação que é do seguinte teor:-----

--- “Vila Nova de Famalicão assistiu, recentemente, à retirada de uma antena de telecomunicações instalada junto à Escola D. Maria II e a um Lar de Idosos, em Gavião. Depois de um longo processo que gerou controvérsia e envolveu toda a comunidade famalicense, a desinstalação de tal equipamento deu razão a todos quantos, desde a primeira hora, se manifestaram contra a colocação de tal antena junto de espaços frequentados quer por crianças, quer por idosos. Neste particular, é de realçar todo o envolvimento daquela comunidade educativa que, para lá dos grupos ou organismos formais, decidiram ter voz ativa e participação direta nesta questão, motivando os cidadãos para a discussão e manifestação pública das suas preocupações, enquanto cidadãos e, sobretudo, enquanto pais das crianças daquele estabelecimento de ensino. Mais do que a inação da Câmara Municipal neste processo (e recorde-se que o Sr. Presidente da Câmara Municipal chegou a afirmar que não desejava a instalação da antena naquele local), mais do que as desculpas agora apresentadas

publicamente para a sua retirada (relacionadas com o facto de, alegadamente, a operadora não ter conseguido, em tempo útil, toda a documentação solicitada pela Câmara Municipal para que fosse autorizado o funcionamento da mesma), o que realmente sobressaiu em todo este processo foi o envolvimento e participação ativa, consciente e empenhada da comunidade famalicense. Partilharam preocupações, juntaram vontades e realizaram objetivos. Daí que, findo que está o assunto a contento da população, resta manifestar a pública congratulação pelo movimento social criado e a firme manifestação das suas intenções até à realização dos seus objetivos. Assim, o Grupo Municipal do Partido Socialista na Assembleia Municipal de Vila Nova de Famalicão propõe: a) Que se aprove o presente Voto de Congratulação à comunidade famalicense e, em especial, a todos quantos participaram ativamente neste movimento que teve, como fim único, defender o bem-estar e a saúde dos Famalicenses.”---

---**PAULO FOLHADELA (PS)** – Fez a leitura do voto de congratulação que é do seguinte teor: -----

--- “Com um triunfo frente à equipa do CD Paço D’Arcos, disputado na liguilha de promoção, o FAC – Famalicense Atlético Clube regressou à Iª Divisão Nacional de Hóquei em Patins. Esta é uma modalidade com história no nosso concelho e que foi sempre muito acarinhada pelos Famalicenses. E, passados catorze anos, o FAC tem novamente a sua equipa a disputar a divisão maior do campeonato nacional. Feito este que muito honra o desporto, o hóquei em patins e Vila Nova de Famalicão. Com mais esta subida, é um orgulho para Vila Nova de Famalicão, ter equipas, nas mais diversas modalidades, a disputar as respetivas competições ao mais alto nível e nas divisões maiores dos respetivos campeonatos. Assim, o Grupo Municipal do Partido Socialista propõe, nesta sessão da Assembleia Municipal de Vila Nova de Famalicão de dia 25 de setembro de 2020, deliberar: Saudar a equipa sénior masculina de hóquei em patins do FAC – Famalicense Atlético Clube pelo brilhante resultado, felicitando todos os seus atletas, equipa técnica e direção, enaltecendo e valorizando o trabalho desenvolvido com um VOTO DE CONGRATULAÇÃO e que desta deliberação seja dado conhecimento ao FAC – Famalicense Atlético Clube.” -----

---**DANIEL SAMPAIO (CDU)** – Fez a leitura do voto de saudação que é do seguinte teor:

--- “CGTP-IN – 50 anos de história com os trabalhadores! A CGTP – Intersindical Nacional foi fundada em 1 de outubro de 1970, ato que constituiu um marco do maior significado no

difícil e heroico percurso do movimento operário e sindical, que se reforçou e afirmou enquanto força de progresso social e emancipadora dos trabalhadores portugueses. Neste meio século de existência, o projeto sindical da CGTP-IN assentou num modelo de unidade, na participação democrática e solidária, um sindicalismo de classe e de massas constituído a partir da base pelos trabalhadores e para os trabalhadores, facto que viria a tornar-se relevante na resistência ao fascismo, na luta pela liberdade e democracia, e no alcance dos direitos laborais e sociais, que viriam a consolidar-se em resultado da revolução do 25 de Abril. Em todo este processo – reconheça-se – a CGTP-IN teve uma atuação dinâmica para o seu desenrolar positivo, facto que se deveu à sua estreita e permanente ligação a milhares de trabalhadores e, sobretudo, pelo empenho e entrega motivada dos seus quadros, ao nível de cada uma das suas estruturas, ouvindo e procurando responder aos problemas e anseios dos trabalhadores. Para que se continue na desejável evolução da nossa sociedade, espera-se que os contributos da CGTP-IN não se fiquem por aqui, antes prossigam nos caminhos do futuro e que estes promovam a consolidação dos avanços civilizacionais, meta indispensável para a afirmação de um futuro desenvolvido, que beneficie Portugal e os portugueses. Nesta conformidade, a Assembleia Municipal de Vila Nova de Famalicão, na sua sessão de 25/09/2020, reconhece os relevantes serviços prestados pela CGTP-IN aos trabalhadores e ao País, pelo que saúda os seus 50 anos de existência e estende esta saudação a todos os trabalhadores, mormente aos famalicenses.” -----

---**DANIEL SAMPAIO (CDU)** – Fez a leitura da moção que é do seguinte teor: -----

--- “Repor as freguesias extintas – um imperativo democrático. O processo de agregação/extinção de 1168 freguesias, no âmbito da chamada Reorganização Administrativa do Território, imposto pela Lei n.º 11-A/2013, de 28 de janeiro, em execução da Lei n.º 22/2012, de 30 de maio, da maioria PSD e CDS, mereceu generalizada contestação e oposição das populações e da esmagadora maioria dos órgãos autárquicos. Ao contrário do propagandeado, a extinção de freguesias, na generalidade, não trouxe ganhos financeiros nem contribuiu para o reforço da coesão territorial, antes acentuou as assimetrias regionais já existentes. Ao encerramento de inúmeros serviços públicos pelo país, a extinção de freguesias veio ainda esvaziar e agravar mais a vida em muitas localidades, em particular nas zonas rurais e de interior, onde a freguesia era a entidade que restava, deixando agora as populações

ao abandono. Perdeu-se a proximidade dos eleitos com as populações, com a redução de cerca de 20 mil eleitos de freguesia; dificultou-se a capacidade de intervenção na resolução de problemas; perdeu-se a identidade de cada freguesia, e reduziu-se a capacidade de reivindicação das populações e dos seus órgãos autárquicos. Na legislatura 2013/2017, foram apresentadas iniciativas legislativas na Assembleia da República, com o objetivo de repor as freguesias extintas, de acordo com a vontade das populações dos seus órgãos autárquicos, e com eleições em 2017. Estas iniciativas foram rejeitadas com o voto do PS, PSD e CDS. O PS, numa fuga para a frente, avançou com uma Resolução que recomenda ao governo a avaliação do processo para posterior decisão. De então para cá as populações, de norte a sul do país, continuam a reivindicar a reposição das freguesias, extintas contra a sua vontade. Os últimos Congressos da ANAFRE, realizados em 2018 e 2020, colocaram como exigência a reposição das freguesias extintas contra a sua vontade. Desde 2018 que o Governo PS anunciou ir apresentar uma lei de criação de freguesias, que permita corrigir os erros criados pela extinção de freguesias imposta pelo governo PSD/CDS. O PCP já voltou a apresentar, em dezembro de 2019, novo projeto de lei de reposição de freguesias, que aguarda agendamento. A reposição de freguesias exige uma lei simples e objetiva, que respeite a vontade das populações. A reposição das freguesias extintas, com eleições em 2021, é um ato de inteira justiça; é uma exigência democrática. Assim, a Assembleia Municipal de Vila Nova de Famalicão, reunida em 25 de setembro de 2020, delibera: 1 – Reclamar do Governo e da Assembleia da República as medidas legislativas necessárias para reposição das freguesias extintas contra a vontade das populações e dos respetivos órgãos autárquicos; 2 – Reclamar que todo o processo esteja concluído, de forma a assegurar as eleições no ato eleitoral de 2021.” -----

---**DANIEL SAMPAIO (CDU)** – Fez a leitura da moção que é do seguinte teor: -----

--- “Assinalar o Dia Internacional do Idoso – 1 de outubro” - Considerando que o Passe Sénior, instituído pelo município de Famalicão, é um estímulo à mobilidade dos reformados e idosos deste concelho, pois nele veem um instrumento bastante útil, sobretudo no plano económico, para acederem a vários pontos do seu interesse, sitos no Concelho de Vila Nova de Famalicão; Considerando existirem muitas carências económicas no Concelho, que afetam de forma significativa as famílias idosas, e que o custo mensal do Passe Sénior somado a vários

encargos diários a que têm de fazer face, ainda torna difícil o recurso a este tipo de transporte e, por consequência a terem que ficar fechados no espaço da sua habitação; Considerando o facto de este município ter atribuído aos estudantes, a todos os títulos louvável, um passe gratuito para viajarem dentro deste concelho, e que tal iniciativa se tem revelado útil e muito satisfatória para os interessados; Levando-se também em conta, como positiva, a anunciada medida deste município, de redução do passe sénior em 30% para vigorar em tempo de pandemia; Considerando ainda que estas medidas ajudam a travar o uso do automóvel como meio de transporte individual e fomenta a utilização do transporte coletivo, facto que contribuirá para reduzir os efeitos poluentes e os engarrafamentos nas ruas e avenidas urbanas. Neste Dia Internacional do Idoso, a Assembleia Municipal de Vila Nova de Famalicão, reunida em 25 de Setembro de 2020, saúda os reformados, pensionistas e idosos do concelho de Vila Nova de Famalicão, compreende as suas preocupações e dificuldades, pelo que, solidariamente, solicita à Câmara Municipal um estudo que afira das necessidades e condições que possibilite a instituição do passe sénior gratuito, num prazo considerado razoável.”-----

---**JORGE OLIVEIRA (PSD)** – Fez a leitura do voto de congratulação que é do seguinte teor: -----

--- “Reconhecimento da ONU e OCDE ao município de Vila Nova de Famalicão”. Primeiro foram as Nações Unidas a apontar o município de Vila Nova de Famalicão como um exemplo internacional na introdução de medidas consideradas inovadoras e recomendadas para resposta à Covid -19 em áreas urbanas. Depois foi a vez da Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Económico (OCDE) destacar o nosso município também pelas boas práticas no combate à pandemia, tanto no início como numa fase mais avançada. Ambos os reconhecimentos, apenas concedidos a cinco municípios portugueses, são, objetivamente, motivo de orgulho e de satisfação pela natureza e relevância das próprias organizações que os conferem, pelo termo de comparação que possibilitam e, naturalmente, pelo significado que encerram. Na verdade, significa, desde logo, que, no meio de tantas incertezas, a câmara municipal não faltou aos famalicenses, colocando-se na linha da frente do combate à pandemia. Fê-lo de forma inovadora, como se comprova, sem olhar a esforços e ultrapassando mesmo as suas competências, atribuições e responsabilidades. Significa, igualmente, a validação do contributo decisivo que a política camarária concedeu e concede na mitigação

dos impactos sociais e económicos desta pandemia e que assume especial relevância junto dos famalicenses com maior vulnerabilidade económica, ajudando-os a ultrapassar as dificuldades e a encarar o futuro com justificada esperança. Os municípios distinguem-se pela sua capacidade de superar as adversidades e responder eficazmente aos grandes problemas que se colocam às suas populações. Vila Nova de Famalicão teve essa capacidade, teve esse impulso como o reconhecem a ONU e a OCDE, um reconhecimento que deve ser encarado como dirigido a toda a comunidade famalicense, aos seus cidadãos, a todos os profissionais que estiveram na primeira linha de combate à Pandemia Covid-19, aos autarcas, às empresas, aos trabalhadores, aos múltiplos movimentos e organizações que não se coibiram de tudo fazer para esbater e atenuar os efeitos gravosos da pandemia. Pelo exposto, a Assembleia Municipal reunida em sessão ordinária de 25 de setembro de 2020, delibera aprovar um Voto de Congratulação ao Município de Vila Nova de Famalicão, pelo reconhecimento concedido pela ONU e OCDE na introdução de medidas consideradas inovadoras e recomendadas para resposta à Covid-19 em áreas urbanas e, pelas boas práticas no combate à pandemia.” -----

---**JOÃO ARAÚJO (PSD)** – Fez a leitura do voto de congratulação que é do seguinte teor:

---“Famalicense Atlético Club - FAC”. No passado dia 18 de setembro o FAC, a associação mais eclética do Concelho na modalidade de Hóquei em Patins concretizou um sonho que há 15 anos perseguia e ansiava. O regresso ao principal escalão, é fruto do trabalho de todos os órgãos diretivos, equipe técnica, atletas e de todos parceiros que contribuíram para este mérito desportivo. Neste sentido a Assembleia Municipal de Vila Nova de Famalicão felicita o FAC pelo mérito alcançado e desejamos à equipa sénior de Hóquei o maior sucesso desportivo no campeonato nacional da 1ª Divisão.” -----

---**LUÍS MONIZ (PS)** – Eu gostaria de começar por pedir, se for possível, um esclarecimento à CDU e relativamente ao voto sobre a questão das freguesias. E a pergunta, se for possível que me esclareça, tem a ver com o sentido da primeira proposta, do ponto um da proposta, se o que pretendem é que o Governo e a Assembleia da República legisle sobre forma de conferir poderes às autarquias locais para reverter as uniões, dando voz às populações e às Assembleias de Freguesia, ou se pretendem pura e simplesmente que o Governo ou a Assembleia da República decrete a separação das freguesias revertendo para a situação existente antes da sua agregação. -----

---**DANIEL SAMPAIO (CDU)** – A CDU fundamenta-se primeiro, na conclusão de que este processo foi atentatório dos interesses de muitas e muitas populações e por isso, estamos hoje e já há muito tempo desde a esta parte que temos insistido na recuperação das empresas para as populações que não aceitam esta nova situação. Em dois mil e dezoito o Partido Socialista anunciou que iria apresentar uma lei de criação de freguesias que permitisse corrigir erros entretanto criados pela extinção das próprias, e portanto, nós também queremos que o Partido Socialista enquanto Governo assuma a responsabilidade daquilo a que se comprometeu, enfim julgo perceber que não estará na disponibilidade para o todo, mas que há aspetos, e esses para nós significarão apenas e só um primeiro passo, mas há que rapidamente retomar isso, até porque como colocamos, nós temos aqui um marco que enfim, obriga a que os andamentos sejam os mais rápidos possíveis, porque queremos que este processo esteja concluído a tempo de ser posto a sufrágio já nas próximas eleições de dois mil e vinte e um. Escusado será lembrar que a ANAFRE e outras associações importantes neste processo defendem aquilo que a CDU agora propõe e tem vindo a propor ao longo dos tempos. -----

---**LUÍS MONIZ (PS)** – Senhor Presidente, caros colegas, nós gostaríamos de fazer aqui uma breve análise às propostas e aos votos que nos são trazidos num tom claramente favorável, agora com alguns reparos que gostaríamos de fazer. Em primeiro lugar, relativamente ao Bloco de Esquerda e ao voto apresentado relativamente às CCDR, é uma matéria de extrema importância e pensamos que o Bloco de Esquerda fez bem em trazer este assunto à discussão, o que entendemos é que o colocou de uma perspetiva enviesada e denota aqui, principalmente no primeiro ponto, algum complexo ideológico e alguns fantasmas de distribuição de poder, e ao nível eleitoral, ainda por cima entre o PS e o PSD, que curiosamente são os partidos com maior representatividade autárquica. E se não fosse, tê-lo-ia encaminhado para a discussão para onde entendemos que é a mais importante que tem a ver com a regionalização. Por isso, o desafio que deixávamos ao Bloco de Esquerda é se só queriam votar o ponto dois, porque se fosse nesse sentido, talvez o sentido do nosso voto também pudesse ser diferente. Nós não nos devemos deter nesta questão, porque ao falar neste ponto teríamos que falar em regionalização, este processo não é um processo simples, não é um processo que possamos concordar sem muitas dúvidas, nomeadamente, esta questão da nomeação dos presidentes pelos autarcas mas continuam a responder perante o governo, tem muito de duvidoso e muita

questão que podia ser melhor resolvida e também, como alguém dizia, criamos um organismo geneticamente modificado da administração central e isso, tem de facto, algumas dúvidas. Mas deveremos atender, de facto, na regionalização e na importância que ela deveria ter no nosso País, e a bem da verdade, nós não podemos nesta altura ficar refém naquele que era à época o líder do movimento não à regionalização, mas que hoje, é o Presidente da República de todos os Portugueses. E esta é uma situação irreversível, e pena é que o Bloco de Esquerda não tivesse aproveitado esta oportunidade para dar voz e dar força à regionalização.-----

--- Relativamente ao voto do PSD, nós vamos votar favoravelmente e só podíamos votar favoravelmente, porque sempre que Famalicão é notado, reconhecido e premiado, e sempre que a Câmara também o é, são todos os Famalicenses que são felicitados e premiados. Se a Câmara esteve bem na gestão deste processo, também o partido socialista e os outros partidos contribuíram para isso, e acima de tudo, que esta pandemia nos una em torno da comunidade e que não seja fator de divisão e de baixa política, que esta guerra que já é difícil por si não se torne guerra política sem nenhum fundamento.-----

--- Em último lugar, relativamente ao voto da CDU respeitante à agregação das Freguesias. Eu coloquei aquela questão, porque se há aspeto em que o partido Socialista em Famalicão sempre se tem batido tem a ver com a agregação das Freguesias, que foi feita de uma forma absolutamente errática e apenas com critérios político-partidários. Por isso, estamos à vontade, perfeitamente à vontade nesta matéria, mas não queremos corrigir um erro com outro erro, que seria reverter o processo sem ouvir os autarcas, sem ouvir as Assembleias de Freguesia. Por isso, é que nós se formos votar a reversão deste processo dando poderes às Freguesias para decidirem, dando poder aos autarcas e às populações para votarem, nós estamos perfeitamente de acordo. Se o que pretendermos for separar só por si, sem ver se houve coisas positivas no meio deste processo todo e se a vontade da população é manter alguma das agregações de Freguesias, nós não estamos disponíveis para esse processo e para acompanhar este voto. -----

---**DANIEL SAMPAIO (CDU)** – Senhor Deputado Luís Moniz, eu percebo que esteja com alguma dificuldade em assumir uma posição concreta, ou pelo menos de modo que não fique com problemas de consciência, mas devo dizer-lhe que eu quando falo do Partido Socialista, falo de todo o Partido Socialista, é o Partido Nacional, e o Partido Socialista em dado

momento, aquando da apresentação numa iniciativa legislativa da CDU votou contra, aliás houve aqui uma coligação praticamente plena que chumbou a pretensão do Partido Comunista, mas assumiu um compromisso de que avançaria com uma resolução que recomenda ao Governo a avaliação do processo para posterior decisão, ouvir outras entidades fundamentais neste processo, nós temos a maior entidade de todas, com todo o respeito por todas as entidades, todas as representações e correntes de opinião, a ANAFRE tem uma posição que acaba por se conciliar de modo notório com aquilo que tem sido a posição da CDU, e portanto se isto pode ajudar de alguma forma para decidir o voto, há que assumir compromissos, mesmo sabendo que nós não estamos aqui a sonhar com Deus descer de repente do céu à terra, sabemos que esta Moção provavelmente será chumbada pela maioria, porque a maioria é que provocou o grande pecado mortal relativamente a este aspeto, mas estamos a fazer política, estamos a fazer sobretudo com que o assunto não seja esquecido, porque nem todos os Presidentes de Junta, nem todos os Autarcas de norte a sul do país estão de acordo com este processo, que já se comprovou que terá funcionado menos mal em algumas situações, mas na generalidade não representa a vontade do povo que se sente neste momento prejudicado com a associação de freguesias. -----

---**ARMINDO GOMES (CDS/PP)** – Eu vou começar pela ordem dos votos de chegada à Mesa da Assembleia: A Moção do Bloco de Esquerda por ordem de entrada, número um, o CDS vai votar a favor; O voto número dois do Bloco de Esquerda, o CDS abstém-se. -----

--- O voto número três do Partido Socialista, o CDS vai votar contra por não concordar com os termos do voto de congratulação, não houve inação da Câmara Municipal neste processo, houve sim um pedido de documentos à empresa instaladora que veio a verificar-se que não cumpria as regras impostas pela lei e só resta a sua demolição, ponto final; O voto número quatro do Partido Socialista, o CDS vai votar favoravelmente. -----

--- O voto número cinco da CDU, o CDS vai-se abster; O voto seis da CDU, o CDS vai votar a favor, já na altura que houve a extinção de algumas freguesias, eu era Deputado Municipal e Presidente de Junta da Freguesia de Calendário e na altura, na Assembleia Municipal votei contra o acabar com algumas freguesias, portanto, o critério para mim é o mesmo, é agora e era já há dez anos atrás ou doze anos atrás, embora que aqui os critérios da proposta tem algumas coisas que é impossível voltar atrás, mas não há nada como tentar, as freguesias se

estiverem de acordo, como disse o Dr. Luís Moniz, e que passe pela Assembleia de Freguesia e que seja possível, principalmente nas freguesias, eu já não digo muito em Famalicão, mas até no País. Não é só para Famalicão, é para o País, aquelas que estão mais longe das populações, e até mesmo em Famalicão, se voltar uma ou outra ao passado, não vejo mal nenhum nisto, portanto, esta proposta da CDU, número seis, o CDS vai votar a favor; A proposta número sete da CDU, o CDS vai votar contra, vai votar contra porquê? O passe sénior já tem uma grande participação pela Câmara Municipal, em casos pontuais, com muita dificuldade financeira, através da Ação Social, esses mesmos idosos terão o mesmo passe gratuito, portanto, isso está sempre garantido para as pessoas com mais dificuldade financeira e que não tenham possibilidade de andar no autocarro, isto está sempre salvaguardado pela Câmara Municipal, só que é impossível o passe sénior gratuito para toda a gente, porque há muita gente idosa que não precisa do passe gratuito para nada, sabe muito melhor o senhor Deputado se calhar, do que eu. -----

--- O voto do PSD, o voto número oito, vamos votar a favor; O voto número nove do PSD também vamos votar a favor. -----

---**ÁLVARO OLIVEIRA (PSD)** – Excelentíssima Mesa, Excelentíssima Câmara, muito brevemente para dar a posição do Grupo Municipal do PSD em relação aos votos aqui apresentados. Quanto à Moção apresentada pelo Bloco de Esquerda, quanto à disponibilização de testes gratuitos a professores, assistentes operacionais e alunos o PSD vota favoravelmente, salientando que sempre defendeu a massificação na realização destes testes, bem como a testagem rotineira em equipamentos de saúde e sociais, que é uma necessidade, como todos nós sabemos tem sido recusada pelo Governo, portanto esta Moção merece o nosso voto favorável; Quanto à outra Moção do Bloco de Esquerda contra o processo de eleição indireta dos presidentes das CCDR, estamos a arranjar uma posição política de uma força política, com a qual nós não estamos de acordo, que é muito diferente daquela deste Partido e portanto votaremos contra. -----

--- Quanto às Moções apresentadas pela CDU e começando por aquela que saúda a CGTP-IN, o PSD dirá que votará a favor, obviamente que o Partido Social Democrata sempre foi um Partido interclassista, um Partido defensor da liberdade sindical, sempre foi um Partido que defende que o diálogo e a concertação social que faz entre empresários e trabalhadores, em

tempo útil também já o afirmou que era contra a unicidade sindical, mas sempre disse que era a favor da liberdade, a CGTP tem um percurso histórico de defesa dos trabalhadores que não é esquecível e portanto votaremos a favor desta saudação; Quanto à Moção da CDU a assinalar o Dia Internacional do Idoso diremos duas coisas: Primeiro que em termos de considerações, comungamos de algumas delas, outras discordamos, mas não poderemos concordar com aquelas conclusões que aqui são tecidas, portanto o PSD relativamente a esta Moção ir-se-á abster. Terminaria aqui a minha intervenção e deixaria para uma próxima.----

---**PAULO COSTA (BE)** – Começando pela interpolação feita pelo senhor Deputado Luís Moniz relativamente à Moção do Bloco de Esquerda contra este processo eleitoral das comissões de coordenação, vai-me perdoar, mas o Bloco de Esquerda não vai retirar sequer esse ponto, até porque acha que é uma questão essencial neste processo, isto é uma espécie de ratificação por parte dos autarcas daquilo que não deixa de ser uma nomeação, não da administração central, mas do bloco central, e vê-se, ainda por cima é um processo pouco transparente, pouco dialogado, não foi conversado sequer com os autarcas, quer dizer, estão a chamar o colégio eleitoral sem ter conversado com os autarcas, e vê-se pelos candidatos, quer dizer, tirando a comissão de coordenação do Alentejo, isto é uma espécie de consagração por parte deste colégio eleitoral daquilo que foi cozinhado e apresentado como um facto consumado, chamar a isto um processo eleitoral é uma mistificação. -----

-- Em relação aos restantes pontos, às restantes moções e votos apresentados, sem querer ser picuinhas, começaria por uma retificação do voto de congratulação do PSD relativamente ao Famalicense, na segunda linha, “um sonho que á 15 anos”, esse “a” tem “h”, indo ao que importa, votamos favoravelmente. Votamos também favoravelmente o apresentado pelo PS relativamente a essa questão, assim como também, votamos favoravelmente o outro voto apresentado pelo Partido Socialista. -----

--- Relativamente ao voto apresentado pelo PSD de congratulação pelo reconhecimento da ONU e OCDE parece-me excessivo nas razões evocadas, há que reconhecer que o Executivo Famalicense está a fazer talvez o melhor possível perante as circunstâncias que vivemos, mas também não é preciso embandeirar em arco, até porque ainda temos muita vindima pela frente, antes de lavar cestos. -----

--- Relativamente aos votos apresentados pela CDU, votamos favoravelmente o voto de saudação da CGTP, e também o da saudação do Dia do Idoso nas suas várias propostas. Relativamente ao da reposição das freguesias, não acompanhamos em absoluto esta proposta, porque pensamos um pouco até na senda do que o senhor Deputado Luís Moniz já falou, que regressar *tout court* aquilo que foi feito, ou aquilo que estava estabelecido, independentemente, por muito mal que achemos que o processo foi mal feito, achamos que é importante que esta reforma das autarquias locais, juntas de freguesia, seja um pouco repensado auscultando as populações, os autarcas, e não passando já automaticamente revertendo completamente todo o processo, e provavelmente podendo ganhar algumas vantagens nesta reformulação. Achamos que é importante que o mapa autárquico português seja refletido e ponderado, e portanto, daí nos vamos abster em relação a este voto.-----

---**LUÍS MONIZ (PS)** – Relativamente aos votos e aos esclarecimentos temos pena, passo a expressão, relativamente à situação da CDU e ao esclarecimento, até porque nós acompanhamos e temos sido percussores em Famalicão pelo menos, e também a nível nacional, da necessidade de retomamos este processo, de o revertemos dentro do possível e de encontrarmos novas formas de agregação de freguesias que vão de encontro à vontade das populações. Mas corrigir um erro com outro erro, seria voltar a não ouvir os autarcas e a não ouvir as populações, seria muito mau para o país e muito mau para o Município, por isso nós entendemos que este processo deverá ser feito de uma forma articulada, pensada e deverá ser feito o quanto antes, concordamos com isso, mas não de forma errática como foi o anterior. Por isso não podemos acompanhar favoravelmente como era a nossa pretensão, o voto da CDU. -----

---**JORGE OLIVEIRA (PSD)** – Apenas também para dar dois sentidos de voto que ainda ficaram a faltar da parte do PSD, e começando exatamente por esta moção da CDU sobre a reorganização territorial autárquica. Nós iremos abster-nos nesta moção, mas não deixaremos de referir que o Governo do PSD/CDS-PP fez a reforma das freguesias no contexto que é de todos conhecido, no cumprimento de um compromisso internacional. Mas também sempre dissemos, que estaríamos disponíveis para fazer a avaliação desta reforma e de introduzir os ajustamentos que fossem necessários na decorrência dessa mesma avaliação. Não há reformas perfeitas, as únicas que conhecemos são aquelas que não saem do papel. Não mudamos desde

então de opinião mas, verificamos que o Governo do Partido Socialista, no próprio programa do Governo 2015, assumiu o compromisso de apresentar uma proposta visando a fixação de critérios objetivos que permitissem às próprias freguesias aferir dos resultados da agregação ou da fusão das freguesias, e corrigir se fosse caso disso, os casos mal resolvidos. Este compromisso tem cinco anos e nós aguardamos há cinco anos, portanto, se há algum partido que está em falta com a sua palavra, esse partido chama-se Partido Socialista. -----

--- Relativamente ao voto de congratulação a propósito da Antena de Telecomunicações na freguesia de Gavião, nós associamo-nos ao desfecho deste processo, enaltecemos e valorizamos a participação cívica, política dos nossos concidadãos neste dossiê, mas não podemos é aceitar que deliberadamente, eu insisto nesta palavra, deliberadamente, seja evitada a especificação de outras entidades que deram contributo importante para este desfecho, como é o caso da Direção do Agrupamento, como é o caso da Associação de Pais e como é o caso da própria Autarquia, da própria Câmara Municipal, que ao atuar de uma forma absolutamente intransigente, mas claro está, no estrito quadro legal, também ela contribuiu para o desfecho agora conhecido. -----

---**LUÍS MONIZ (PS)** – Só em dez segundos para corrigir o senhor Deputado Jorge Paulo Oliveira, o Governo está há cinco anos para corrigir uma reforma absolutamente desastrosa do Governo do PSD. -----

---**JORGE OLIVEIRA (PSD)** – Senhor Presidente, para em quinze segundos dizer apenas de que o Partido Socialista, em dois mil e treze aquando desta reforma, depois de se ter comprometido internacionalmente com a *Tróica* na sua feitura, disse aos portugueses que mal fosse Governo, a revogaria. Pois, muito bem, nem a revogou e cinco anos depois ainda não cumpriu sequer com aquilo que prometeu. -----

--- ***POSTA À VOTAÇÃO A MOÇÃO APRESENTADA PELO GRUPO MUNICIPAL DO BE, RELATIVAMENTE À DISPONIBILIZAÇÃO DE TESTES GRATUITOS A PROFESSORES, ASSISTENTES OPERACIONAIS E ALUNOS, FOI A MESMA APROVADA, POR UNANIMIDADE.*** -----

--- ***POSTA À VOTAÇÃO A MOÇÃO APRESENTADA PELO GRUPO MUNICIPAL DO BE, RELATIVAMENTE À ELEIÇÃO INDIRETA DOS PRESIDENTES DAS CCDR E***

PELA INSTITUIÇÃO EFETIVA DAS REGIÕES ADMINISTRATIVAS, FOI A MESMA REJEITADA, COM CINQUENTA E SEIS VOTOS CONTRA, DOIS VOTOS A FAVOR E DEZ ABSTENÇÕES.-----

--- POSTO À VOTAÇÃO O VOTO DE CONGRATULAÇÃO APRESENTADO PELO GRUPO MUNICIPAL DO PS, RELATIVAMENTE À ANTENA DE TELECOMUNICAÇÕES, FOI O MESMO REJEITADO, COM CINQUENTA E TRÊS VOTOS CONTRA E QUINZE A FAVOR.-----

--- POSTO À VOTAÇÃO O VOTO DE CONGRATULAÇÃO APRESENTADO PELO GRUPO MUNICIPAL DO PS, RELATIVAMENTE AO FAC – FAMALICENSE ATLÉTICO CLUBE, FOI O MESMO APROVADO, POR UNANIMIDADE.-----

--- POSTO À VOTAÇÃO O VOTO DE SAUDAÇÃO APRESENTADO PELO GRUPO MUNICIPAL DA CDU, RELATIVAMENTE À CGTP-IN – 50 ANOS DE HISTÓRIA, FOI O MESMO APROVADO, POR MAIORIA, COM SESSENTA VOTOS A FAVOR E OITO ABSTENÇÕES.-----

--- POSTA À VOTAÇÃO A MOÇÃO APRESENTADA PELO GRUPO MUNICIPAL DA CDU, RELATIVAMENTE À REPOSIÇÃO DAS FREGUESIAS EXTINTAS, FOI A MESMA APROVADA, POR MAIORIA, COM CINQUENTA E CINCO ABSTENÇÕES E TREZE VOTOS A FAVOR.-----

---PAULO PINTO (PS) – Apresentou declaração de voto que é do seguinte teor:-----

--- “Na sessão ordinária da Assembleia Municipal, realizada no passado dia 25/09/20, no período antes da ordem do dia, foi apresentada, entre outras, uma moção da CDU cujo título era o seguinte: “Repôr as freguesias extintas – um imperativo democrático”. O Partido Socialista sempre foi e é um crítico relativamente ao processo desencadeado na altura pela Governo PSD-PP. Entende o PS que a reforma efetuada na altura, foi uma reforma feita a régua e esquadro com a clara intenção de obtenção de proveitos políticos, não escutando, nem

tendo em conta os legítimos interesses das populações, e ultrapassando muitas vezes as opiniões dos respetivos órgãos autárquicos eleitos. O PS, como no passado, continua a defender que a reversão deste processo de agregação/extinção de 1168 freguesias, deve ser feito sempre de acordo com as respetivas populações, escutando-as e fazendo a respetiva reversão nos casos em que as mesmas sejam a favor da respetiva reversão. Durante a discussão desta moção, por várias vezes perguntamos á CDU, signatária desta moção, se a intenção da mesma era a reversão pura e simples, situação com a qual não nos identificamos, ou se pelo contrário, era fazer a reversão somente nos casos em que as respetivas populações assim o entendessem. Apesar do nosso apelo, não obtemos resposta da CDU, de qual era a sua verdadeira intenção. Nesse sentido, e apesar da nossa concordância relativamente a este tema ser total, como o método que mesma prevê não foi esclarecido, o PS não pode votar favoravelmente a mesma, tendo sido obrigado a se abster.”-----

--- **POSTA À VOTAÇÃO A MOÇÃO APRESENTADA PELO GRUPO MUNICIPAL DA CDU, RELATIVAMENTE AO DIA INTERNACIONAL DO IDOSO, FOI A MESMA APROVADA, POR MAIORIA, COM QUINZE VOTOS A FAVOR, OITO VOTOS CONTRA E QUARENTA E CINCO ABSTENÇÕES.** -----

--- **POSTO À VOTAÇÃO O VOTO DE CONGRATULAÇÃO APRESENTADO PELO GRUPO MUNICIPAL DO PSD, RELATIVAMENTE AO RECONHECIMENTO DA ONU E OCDE AO MUNICÍPIO, FOI O MESMO APROVADO, POR MAIORIA, COM SESSENTA E SEIS VOTOS A FAVOR E DUAS ABSTENÇÕES.** -----

--- **POSTO À VOTAÇÃO O VOTO DE CONGRATULAÇÃO APRESENTADO PELO GRUPO MUNICIPAL DO PSD, RELATIVAMENTE AO FAC – FAMALICENSE ATLÉTICO CLUBE, FOI O MESMO APROVADO, POR UNANIMIDADE.** -----

--- Terminado o período de Antes da Ordem do Dia, passou-se de imediato ao período da: --

-----**ORDEM DO DIA**-----

--- **PRIMEIRO PONTO – INFORMAÇÕES DO SENHOR PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL SOBRE A ATIVIDADE DA MESMA.** -----

---**PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL** – Fez a apresentação do documento e disse estar à disposição para qualquer esclarecimento. -----

---**SUSANA PEREIRA (Presidente de Junta da Freguesia de Riba D´Ave)** – Eu dirijo-me a esta Assembleia e em particular ao senhor Presidente da Câmara na qualidade de Presidente de Junta, para partilhar uma situação que me preocupa muito. Tenho recebido muitas queixas e muitos pedidos de apoio para a marcação de consultas e atendimento de consultas no Centro de Saúde de Delães, que é o Centro de Saúde de referência para a população em Riba de Ave. Ainda hoje de manhã, ajudei um senhor diabético a marcar uma consulta, desde de maio que o senhor não consegue ser atendido e manifestou a urgência que tem em mostrar as análises e pedir a medicação, já se tinha dirigido ao Centro de Saúde, sem sucesso, não tinha conseguido ser atendido, não conseguia que o atendessem ao telefone. E, como este senhor, este utente, muitos se debatem com esta dificuldade, com uma agravante, é que muitos destes utentes já têm alguma idade e têm poucos recursos financeiros. Com certeza, que os meus colegas Presidentes de Junta, também já se depararam com situações semelhantes, não é uma situação que nós consigamos resolver aqui na Junta de Freguesia, mas também é impossível ficarmos indiferentes. Por isso, eu resolvi colocar este assunto aqui hoje, na Assembleia para que se possam encontrar soluções, não sei se o senhor Presidente dispõe de alguma informação sobre este assunto, e se pode de alguma maneira fazer chegar esta preocupação a quem de direito, porque de alguma forma é esta a nossa missão como eleitos, é servirmos a população, e este ano mais do que nunca, a saúde está no topo das prioridades. -----

---**PAULO FOLHADELA (PS)** – Permita-me só esta primeira referência, dizendo que apesar de continuarmos a conseguir entendermo-nos nesta plataforma digital, confesso que tenho saudades de poder estar novamente no espaço da Assembleia Municipal e voltar ao debate nos termos habituais, espero que o mais rapidamente possível possamos regressar às instalações da Assembleia Municipal. -----

--- Senhor Presidente da Câmara, a questão que gostaria de colocar tem a ver com os transportes, numa dupla vertente, os transportes de serviço às freguesias e também ao transporte escolar. Lembro que o Partido Socialista, nomeadamente nesta altura de pandemia, tomou a iniciativa de fazer recorrentemente abordagens, lembrando a necessidade de, até pelas circunstâncias em concreto, serem tomadas medidas, seja, por exemplo em vinte de

abril, quando o PS alertou a Câmara Municipal para a necessidade de criar um plano de ação, nomeadamente com o retorno às aulas presenciais do 11º e 12º ano, em vinte e cinco de junho o PS novamente expôs o descontentamento dos famalicenses pela escassez de ofertas de viagens de transportes rodoviários no concelho, em cinco de agosto, novamente o PS alertou a Câmara Municipal para o problema diário dos famalicenses, e eram vários os problemas que tinham sido manifestados e continuam a ser manifestados, e chegados a setembro, se dúvidas houvesse, verificamos nomeadamente no transporte escolar, grandes dificuldades no transporte, nomeadamente de crianças, alunos, circunstância esta que ainda não está, como todos sabemos, resolvida, e que continua a ser uma grande preocupação para pais, para educadores e também para as próprias crianças. No entanto, aquilo que vamos assistindo, o cidadão comum, aquilo que vai assistindo é um debate de passa culpas entre a Câmara Municipal e as operadoras, referindo-se incumprimentos, referindo-se a faltas de exigência ou a falta de disponibilidade dos serviços. A verdade é que mais do que isto, o que interessa perceber é nesta dinâmica duas coisas. Senhor Presidente da Câmara, foram os serviços que falharam na avaliação técnica daquilo que seria a necessidade dos transportes regulares, nomeadamente, transportes no circuito das freguesias e nos transportes escolares? São as operadoras que estão a falhar no cumprimento do estabelecido contratualmente? E era esta a questão que colocava ao senhor Presidente da Câmara. -----

---**CARLA FARIA (PS)** – Já foi dada aqui nota sobre a grave situação provocada no serviço de transportes de escolas, na escassez de viagens, horários, etc. Mas para ainda ajudar à situação, a Câmara de Vila Nova de Famalicão iniciou obras de reparação na rede da avenida 25 de abril, com trânsito proibido na rotunda das águas e na rotunda 1º de maio. Trata-se de um período de intervenção com grande impacto no normal processamento de trânsito local e escolar, e se o serviço de transporte nas escolas já começou e continua mal, para piorar ainda mais a mobilidade de transportes, surge esta obra, esta intervenção perto das principais escolas da cidade e no centro de Famalicão, sem ter sido acautelado o impacto na vida dos famalicenses, sem ter sido acautelado o transporte público, como por exemplo, mais horários no transporte público. Não se tratando de uma obra urgente, não se tratando de uma obra inadiável, portanto, planeada, o porquê de ter iniciado tão tarde, abarcando o período escolar. Porquê? Porque é que o concurso para esta obra, não foi lançado mais cedo, acautelando todos

os prazos inerentes, para não falar que durante o confinamento, durante a pandemia não faltou oportunidade, e é isso que nós queremos saber, o porquê desta demora, o porquê de ter sido lançado tão tarde? -----

---**DANIEL SAMPAIO (CDU)** – Apresentou intervenção escrita que é do seguinte teor: ---

---“Senhor Presidente, em virtude da aplicação das medidas recomendadas pelo Governo de desfasamento obrigatório dos horários nas escolas, verifica-se, no momento, a incapacidade da Escola Básica do Agrupamento de Pedome servir refeições aos alunos todos os dias. Segundo o diretor dessa escola, a impossibilidade reside apenas na insuficiência logística, que não garante o cumprimento das medidas recomendadas pelas autoridades, uma vez que a dimensão do atual refeitório não reúne espaço suficiente que assegure o distanciamento social recomendado entre alunos. Nesta conformidade, a escola informou os pais dos alunos daquela impossibilidade e solicitou-lhes que procurassem assegurar que os filhos chegassem à escola já com a refeição tomada, que tanto pode ser confeccionada em casa dos próprios como pode ser servida na escola, em serviço *Take Away*, sendo que esta possibilidade só se adequa aos alunos que não voltem às instalações da escola nesse dia, compreensivelmente. No entanto, surge aqui um problema praticamente insanável: a maioria dos pais destas crianças, destes alunos trabalham, não reunindo por isso, as condições necessárias que assegurem a toma da refeição dos filhos em casa antes de irem para a escola ou não existem mesmo condições para o aluno levantar a refeição em serviço *Take Away* e ter de voltar a casa para a tomar e, depois, regressar à escola para assistir às aulas, naturalmente. Nestes casos, também não se afigura que seja recomendável, quando exista essa possibilidade, de direcionar a responsabilidade do almoço para os avós das crianças, já que aqueles devem ser duplamente protegidos, por pertencerem aos grupos de risco à covid-19. Sem procurar excluir outras soluções, que certamente o senhor Presidente procurará, que se ajustem à necessidade que agora se coloca, a CDU solicita-lhe, senhor Presidente, que diligencie e intervenha neste assunto, pois soubemos, por contacto havido com o Diretor do agrupamento escolar em apreço, que a simples e não muito dispendiosa montagem de um refeitório de campanha no recinto escolar, resolveria o problema de cerca de duas centenas de alunos. Não é um problema apresentado pela escola de dificuldade de servir a refeição, é apenas uma questão de ordem logística, que tem a ver com a pouca dimensão do espaço para a toma das refeições.” -----

---**PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL** – E pela ordem com que as perguntas foram colocadas, senhora Presidente de Junta de Riba de Ave, professora Susana Pereira, quero antes de mais dizer-lhe que me associo à preocupação que aqui trouxe, que temos evidenciado junto das autoridades locais, que nos tem informado que há decisões de âmbito nacional, que estão a cumprir, eu não questiono esse exercício de cumprimento dessas mesmas decisões, mas de facto, está a causar problemas sérios. Já há relatos de consequências extra Covid com uma gravidade considerável, e espero tão rapidamente quanto possível que os cuidados primários reativem a sua capacidade de resposta, nomeadamente nas consultas, como outrora aconteceram, e também com os diagnósticos, exames e avaliações que lhes estão subjacentes, sob pena de em cima do problema de saúde pública que resultou do Covid-19, outros problemas possam ser acrescentados. E portanto, deixo-lhe a garantia que nós vamos em permanência junto dessas entidades, repito são entidades na área da saúde, externas à Câmara Municipal, mas não deixaremos de evidenciar essa preocupação que aqui foi trazida de novo, mas que infelizmente é comum a todo o concelho, em todas as unidades de saúde ao nível dos cuidados de saúde primários. É uma situação que está a afetar a nossa população, e nós temos procurado mitigá-la, dizendo inclusive, que a Câmara Municipal tem concedido um conjunto de apoios e continua disponível para ajudar, se a solução depender da ajuda da Câmara Municipal. Portanto, nunca foi por falta de ajuda da Câmara Municipal que esses problemas aconteceram, espero que rapidamente sejam resolvidos. -----

--- Quanto à questão, ou questões que o Deputado Paulo Folhadela aqui trouxe, dizer-lhe o seguinte: Como ele e bem identificou, o transporte mede-se em duas dimensões, a dimensão daquilo que podemos chamar o transporte regular e o transporte escolar. Quanto ao chamado transporte regular, nós vivemos uma circunstância que estou certo que todos identificam as causas, é fácil identificar o problema que se vive em Famalicão, vive-se praticamente em todo o território nacional, com exceção das duas áreas metropolitanas de Lisboa e do Porto que têm soluções de transporte que nós conhecemos bem, que foram pagas pelos portugueses, que o Estado Português pôs o contador a zero, e entregou essas empresas às áreas metropolitanas, leia-se a Carris e a STCP, todos nós sabemos o que aconteceu, e assim é muito fácil gerir transportes públicos, com estes legados que são concedidos a estes grupos, não censuro o caso, mas obviamente connosco isso não aconteceu. Em Famalicão, como em Guimarães,

como em outros locais o transporte é diferente. E quero também partilhar que reuni há dias com o senhor Secretário de Estado da Mobilidade, que compreensivelmente me disse que o Governo não tem responsabilidade nessa matéria, porque não é a autoridade de transporte, portanto alguém fez uma lei, entregou o transporte às entidades locais, nomeadamente, Municípios e Associações de Municípios, e a partir daqui nós somos autoridades municipais, estamos a ser parte de um contrato que nós não outorgamos, quem arquitetou estas linhas, estes circuitos não foi a Câmara Municipal, nem esta, nem as anteriores. Não foi Agostinho Fernandes, nem Armindo Costa, nem o Paulo Cunha, alguém assumiu a função, nomeadamente o IMT e a autoridade dos Transportes. Está em construção uma nova solução, esperamos que durante o próximo ano, ela seja concursada e tenhamos uma solução de transporte adequada ao concelho de Famalicão. Quanto à questão do transporte escolar, dizer que a Câmara Municipal, muito atempadamente, como é habitual tratou do assunto com os Agrupamentos e com as Empresas. E tanto a Câmara Municipal o fez de forma adequada, como penso que sabem, só uma das empresas é que não está a executar a sua tarefa como era suposto. Há mais que uma empresa a operar o transporte escolar, e é curioso que só com uma das empresas é que tem havido problemas, isso é uma evidência de quem é que está associado a essa circunstância. Quero dizer que eu compreendo a situação, compreendo a situação porque conheço as suas causas e admito que o Lay-off e outras situações que afetaram estas empresas tenham estes tipos de consequências, que é hoje necessário maior capacidade de resposta e ela não existe. Mas a Câmara Municipal não deixará de exigir responsabilidades a quem as tem, e em primeira instância, o que é mais importante, procurará junto dessas empresas que os problemas sejam cabalmente resolvidos. -----

--- Quanto à senhora Deputada Carla Faria, senhora Deputada a Câmara Municipal quer começar as obras o mais cedo possível, não é o Presidente de Câmara que escolhe que a obra comece agora, há concursos públicos, esta obra é financiada com fundos comunitários senhora Deputada, se não fosse feita agora, nós perderíamos o apoio comunitário desta e outras obras, nomeadamente há outras em curso, e para começar também, com recurso a fundos comunitários. O início da obra depende da disponibilidade dos fundos, depende do fim do concurso, depende do Tribunal de Contas, depende de diversas entidades. A senhora Deputada compreenda que, por minha vontade teria começado muito mais cedo, mas também

esta obra não pode ser feita durante a pandemia, porque a obra não pode começar sem a consignação, a consignação não pode ser feita sem o visto do Tribunal de Contas, há aqui um processo que a senhora Deputada não é obrigada a conhecer, mas quando quiser pode consultá-lo, e vai perceber há quanto tempo é que este processo está em curso, e o quanto não dependeu da Câmara Municipal a escolha do *timing* para a sua realização. Quanto aos transtornos, nós lamentamos, pedimos condescendência e compreensão aos automobilistas, mas quero dizer que estão em curso muitas alternativas e muitas soluções para mitigar essas mesmas consequências. -----

--- Senhor Deputado, Daniel Sampaio, quero dizer-lhe que a escola tem sempre obrigação de assegurar as refeições a todos os alunos, em circunstância alguma, qualquer escola do ensino obrigatório pode relegar para as famílias, nomeadamente para os pais, essa obrigação. Portanto a situação terá sempre que ser resolvida num contexto escolar, eu confesso que não tenho conhecimento de pormenor da questão concreta que aqui colocou, mas deixo-lhe a certeza de que a vou avaliar com o senhor Vereador e com responsáveis, para que naquilo que for necessário, seja implementado de forma que as crianças possam ter a refeição como têm a isso direito. -----

--- **DANIEL SAMPAIO (CDU)** – Senhor Presidente da Câmara, era só uma precisão, que não sei se terei sido claro. Aquilo que tem apresentado como impossibilidade da escola, é apenas servir a refeição para os alunos que só têm uma parte do dia de aulas, neste caso da parte da manhã ou os da parte da tarde. São alunos que não estão o dia todo no recinto da escola, nem em aulas neste contexto. -----

---**PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL** – Senhor Deputado, eu renovo o que disse e vou avaliar junto do Agrupamento quais são as circunstâncias concretas, deixando a garantia que no que depender da Câmara Municipal serão encontradas respostas para resolver o problema. -----

---**PAULO PINTO (PS)** – Excelentíssimo senhor Presidente da Câmara, só uma breve questão, reforçando um bocadinho, o que a minha camarada de bancada disse relativamente às obras na Avenida 25 de Abril e na rotunda junto a determinadas escolas. É verdade que a situação do trânsito naquela zona, é uma situação que já há muito tempo o Partido Socialista disse que era um caos diariamente, e é verdade, mas se antigamente se podia qualificar como

caos, agora realmente nem se consegue qualificar, realmente é inqualificável a situação que se vive e cria transtorno a todas as pessoas. E causa-nos um bocado justificação, um bocado espécie, digamos assim, que há justificações e há desculpas. Quando o senhor Presidente da Câmara diz que a Câmara reagiu atempadamente, por exemplo, relativamente aos transportes, e que aqui também reagiu, a pandemia parece que serve de desculpa para tudo. Mas é preciso não esquecer que em termos de pandemia, um dos setores que foi dos primeiros a voltar foi o da construção civil, e os famalicenses não entendem como é que as escolas fecham em março, há seis meses, e as obras demoram tanto tempo a começar. Aliás, se houvesse uma preparação, uma programação atempada de uma obra normal sem tempo de pandemia, seria o mais natural que as mesmas se realizassem durante o período de férias escolares, ora, esta questão da pandemia até trouxe uma vantagem para a Câmara Municipal, é que infelizmente para todos as férias escolares foram reforçadas, ou seja, foram mais no período temporal. Portanto, dos famalicenses todos, nenhum famalicense entende, como é que é possível em plena pandemia, mas no final, início da parte escolar das escolas quando começam as aulas, as obras ainda estarem como estão criando o caos. Por muitas desculpas que se deem, ou justificações, realmente não são justificações, são desculpas senhor Presidente, alguém falhou ou algo falhou, e era importante que soubéssemos o que é que falhou e quem falhou. -----

---**PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL** – Senhor Deputado, Paulo Pinto, eu já percebi que o senhor não entende, mas estou seguro que os famalicenses entendem-me, eu explico porquê. O concurso público começou em abril senhor Deputado, o senhor sabe que é verdade, aliás, os órgãos municipais aprovaram as etapas deste processo. Eu percebo a sua intervenção, que é um contexto de aproveitamento do que está a acontecer, mas a Câmara não antecipa o início de obras senhor Deputado, a não ser que o senhor defenda que não se cumpra a lei que está em vigor, eu estou certo que o defende. Portanto, o que nós fizemos foi, mal que foi possível, no primeiro dia em que foi possível fazer a obra, ela começou. A obra tem a duração de um ano senhor Deputado, não se pode fazer nas férias, ainda que nós em outubro do ano passado adivinhássemos que havia pandemia este ano, e o senhor também não adivinhava com certeza, não era possível por as obras a começar em março ou abril, quando houve interrupção letiva, que foi de todo imponderável por todos. Portanto, o que o senhor

aqui hoje diz e acabou de referir, é obviamente mentira e atentatório em relação ao que aconteceu neste processo. -----

---**PAULO PINTO (PS)** – Senhor Presidente, em primeiro lugar eu não estou a fazer nenhum aproveitamento, o que eu estou é a constatar um facto e a relatar aquilo que é o descontentamento de muitos famalicenses que diariamente passam por aquela situação, e que vivem, como digo, já não consigo considerar aquilo um caos, já ultrapassa realmente o caos. Senhor Presidente, eu gostava de saber que afirmação é que eu fiz, chamou-me mentiroso, onde é que eu menti. Acho que é importante, quando se difama assim uma pessoa, que se prove o que eu disse, eu não fiz acusações nenhuma. Eu relatei os factos que estão a acontecer e fiz um apelo a vossa Excelência, é que então nos diga exactamente os *timings* todos do processo para podermos ver realmente onde é que está a culpa, porque é que o caos desta situação está a causar tanto transtorno aos famalicenses. Senhor Presidente, acima de tudo o que me move são os famalicenses, e realmente esta situação está a causar demasiado transtorno a todos, como certamente vossa Excelência compreenderá. -----

---**PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL** – Só renovando como noutras situações ao Deputado Paulo Pinto, que os processos são públicos, mas quando quiser consultá-los pessoalmente, estão à sua disposição, se quiser consultá-los, como é óbvio. -----

---**PAULO FOLHADELA (PS)** – Senhor Presidente da Câmara, nós sabemos bem quais são as responsabilidades, as competências e os poderes da Câmara Municipal, e portanto não estamos a exigir da Câmara Municipal, aquilo que não seja dentro da esfera dos seus poderes. Não estamos à espera que quando se fala de antena, aquilo que o senhor Presidente diga é que não pode fazer nada, quando falamos dos transportes, aquilo que o senhor Presidente diga é que não foi quem negociou os contratos, e que não estamos na área metropolitana do Porto ou de Lisboa, quando falamos das obras, que o senhor Presidente não pode controlar os fundos ou as aprovações, nós sabemos disso. Mas, por exemplo, em relação aos transportes, aquilo que verificamos nos últimos dias é que a Câmara Municipal usando dos seus poderes enquanto Autoridade Municipal de Transportes, tentou reverter a situação. E aquilo que nós chamamos à atenção convictamente é que, desde de abril o Partido Socialista vem referindo com abertura nos locais próprios as preocupações relativamente a uma realidade que infelizmente veio a acontecer, e portanto, quanto a esse aspeto, ainda que com razão, não nos regozijamos por

termos sido quem levantou essa questão. O que lamentamos é que a Câmara Municipal, dentro daquilo que são as competências, e não escudando-se daquilo que não é da sua responsabilidade, não tenha feito atempadamente aquilo que poderia fazer, e muito do que agora está a fazer, tarde, porque o senhor Presidente em abril desresponsabilizou-se daquela nossa chamada de atenção, não levou a sério aquilo que eram as chamadas de atenção do Partido Socialista, numa opção naturalmente que dirá respeito também à opção que terá tido politicamente. Porque eu há pouco fiz a pergunta, se tecnicamente tinha havido algum erro da Câmara? O senhor Presidente não me disse que os técnicos tinham errado em algum tipo de levantamento, portanto não foi um erro técnico, será uma opção no uso dos poderes. E o uso dos poderes que agora está a fazer enquanto Autoridade Municipal de Transportes, vem já a reboque de muita contestação, que naturalmente não lhe estou a dar novidade nenhuma, nós vamos vendo, a população está extremamente revoltada nas duas vertentes que há pouco falávamos, quer no transporte regular nas freguesias, quer no transporte escolar. E vamos ver se ainda, a Câmara Municipal, e espero que sim, vá a tempo de reverter esta situação a bem de todos.-----

---**PAULO PINTO (PS)** – Só muito brevemente, primeiro, Senhor Presidente, eu sei que posso realmente consultar e irei fazê-lo, aliás, como já tenho feito noutras ocasiões. Vossa Excelência lançou aí tipo, uma dúvida, que realmente a gente vem para aqui, só pergunta e depois não indaga. Você sabe perfeitamente que eu tenho feito vários requerimentos, agora o que eu tenho pena é que o Senhor Presidente não responda e não apresente esses dados aos senhores Deputados Municipais quando é indagado. Outra coisa, Senhor Presidente, vai-me desculpar, volto-lhe a fazer outra vez a mesma pergunta, vossa Excelência acusou-me de mentir, volto-lhe a perguntar aonde é que eu menti, espero bem que me consiga esclarecer nesse sentido.-----

---**ÁLVARO OLIVEIRA (PSD)** – Gostaria de colocar uma questão ao senhor Presidente da Câmara, que é a seguinte: Se é ou não verdade, que o Senhor Presidente da Câmara e a Câmara Municipal, que ainda há pouco nesta Assembleia, recebeu um voto de todos os seus Deputados onde reconheceu a atitude e a postura da Câmara no combate à pandemia, ou seja, numa altura muito difícil para todos nós, se o Senhor Presidente da Câmara, é ou não verdade, que assiste com preocupação à atual falência dos serviços públicos que dependem da

Administração Central, sejam eles as Conservatórias, sejam eles as Repartições de Finanças, sejam eles todos aqueles serviços que não estão a responder aos cidadãos, e se comunga desta preocupação como nós, ou se estas preocupações são sectárias em conformidade com os interesses partidários que lhe estão adstritos? -----

---**PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL** – Quanto à questão que foi colocada pelo Doutor Álvaro Oliveira, senhor Deputado, quero dizer-lhe que, de facto, nós temos constatado algum relaxamento naquilo que são as funções do Estado Central a nível do Município de Famalicão. Aconteceu recentemente com o Registo Civil, que foi matéria de uma exposição feita por carta à senhora Ministra com a tutela desta área, é um sinal inequívoco da nossa preocupação, eu diria quase que indignação perante o que está a acontecer. Eu não aceito que os meus concidadãos sejam tratados de forma diferente, do que são concidadãos de concelhos vizinhos. E se em Famalicão o cartão de cidadão é entregue em fevereiro, eu não compreendo que num concelho vizinho seja entregue em outubro, ou colocando a questão ao contrário, se é entregue em outubro num concelho vizinho, não percebo que seja entregue em fevereiro em Famalicão, e também não aceito que me digam que o cidadão de Famalicão pode ir a esse concelho vizinho tirar o cartão de cidadão, que o pode fazer. Eu espero que este Estado Português e este Governo, que governa Portugal, não trate de forma discriminatória os famalicenses. Não há razão alguma que justifique essa discriminação no tratamento, mas infelizmente senhores Deputados é o que eu tenho constatado. E no uso das minhas competências, fruto do mandato que os famalicenses me conferiram, eu expus à tutela, à senhora Ministra esta situação, ressaltando a enorme competência e diligência de todos os funcionários que desempenham tarefa no concelho de Famalicão, nomeadamente na Conservatória do Registo Civil, mas reclamando para eles os meios necessários, para que sejam mais eficazes. -----

--- **SEGUNDO PONTO** - DISCUSSÃO E VOTAÇÃO DA PROPOSTA DA CÂMARA MUNICIPAL DE 3ª ALTERAÇÃO ORÇAMENTAL MODIFICATIVA, NOS TERMOS E PARA OS EFEITOS DO DISPOSTO NA ALÍNEA A) DO Nº 1 ARTIGO 25º DO ANEXO 1 DA LEI Nº 75/2013, DE 12 DE SETEMBRO, TUDO NOS TERMOS DA RESPETIVA PROPOSTA. -----

---**PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL** – Fez a apresentação do documento e disse estar à disposição para qualquer esclarecimento. -----

---**DANIEL SAMPAIO (CDU)** – Apresentou intervenção escrita que é do seguinte teor: ---

--- “Senhor Presidente, na 3.ª alteração orçamental modificativa, verificamos que, tendo como referência as obras e suas dotações iniciais ou seja as do PPI que nos foi apresentado em finais de 2019, estamos agora na presença de um jogo do tira e põe, a saber: sobe a dotação da “Rede de drenagem de águas residuais do Vale do Pele”, de 150 000€ passa para 285 000€, para logo descerem as dotações da “Rede de drenagem de águas residuais do Vale do Ave” de 250 000€ para 105 000€, e também da “Rede de drenagem de águas residuais do Vale do Pelhe”, de 200 000€ para 180 000€. Ainda plasmada nesta 3ª alteração, assistimos a um verdadeiro número de prestidigitação, senão vejamos: quando no PPI figurava uma obra que tinha a ver com uma “Rede de drenagem de águas do Vale do Este”, com dotação de 400 000€, agora o que temos são duas obras contemplando freguesias daquele mesmo Vale de Este, designadamente “Rede de drenagem de águas residuais do Louro, Gondifelos, Cavalões, Outiz, Lemenhe, Mouquim e Jesufrei”, com a dotação de 94 000€ e “Rede de drenagem de águas residuais de Nine, Arnoso (Stª Maria e Stª Eulália) e Sezures, com a dotação de 98 000€. O somatório destas novas obras ascende a 192 000€, logo, menos 208 000€ em relação aos 400 000€ previstos inicialmente. Daí que o valor total previsto de um milhão de euros para as tituladas “NOVAS REDES DE SANEAMENTO” passe a ser agora tão-só de setecentos e sessenta e dois mil euros! -----

--- Se me permitisse o senhor Presidente da Mesa e para ganhar tempo, porque o meu voto vai ser igual no próximo documento, se me fosse permitido, avançava já com a posição da CDU. -----

--- Quanto ao ponto 4 – sem recurso à retórica – dizemos que, relativamente à projetada pista de atletismo, há muito ansiada pelas associações desportivas e pelos muitos cidadãos que praticam esta modalidade, está a tornar-se cada vez mais uma miragem, a tal pista de atletismo. A descida dos 500.000€ orçados inicialmente, com abrupta descida para 100.000€, prefigura não só a desvalorização desta prática desportiva como também o jogo do sobe e desce, a demagogia que enforma a atividade da Câmara. Seguramente que para 2021 senhor Presidente, tudo será diferente!... Porque também é um ano diferente, convenhamos!-----

--- Porque o orçamento para 2020 não mereceu a confiança da CDU, também estes remendos não o merecem. Pelo que votaremos contra o documento 2 e o documento 3!”-----

--- POSTA À VOTAÇÃO A PROPOSTA DA CÂMARA MUNICIPAL DE 3ª ALTERAÇÃO ORÇAMENTAL MODIFICATIVA, NOS TERMOS E PARA OS EFEITOS DO DISPOSTO NA ALÍNEA A) DO Nº 1 ARTIGO 25º DO ANEXO 1 DA LEI Nº 75/2013, DE 12 DE SETEMBRO, TUDO NOS TERMOS DA RESPETIVA PROPOSTA. FOI A MESMA APROVADA, POR MAIORIA, COM CINQUENTA E QUATRO VOTOS A FAVOR, DOIS VOTOS CONTRA E DOZE ABSTENÇÕES. -----

---TERCEIRO PONTO – DISCUSSÃO E VOTAÇÃO DA PROPOSTA DA CÂMARA MUNICIPAL DE 4ª ALTERAÇÃO ORÇAMENTAL MODIFICATIVA, NOS TERMOS E PARA OS EFEITOS DO DISPOSTO NA ALÍNEA A) DO Nº 1 ARTIGO 25º DO ANEXO 1 DA LEI Nº 75/2013, DE 12 DE SETEMBRO, TUDO NOS TERMOS DA RESPETIVA PROPOSTA. -----

---PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL – Fez a apresentação do documento e disse estar à disposição para qualquer esclarecimento. -----

--- POSTA À VOTAÇÃO A PROPOSTA DA CÂMARA MUNICIPAL DE 4ª ALTERAÇÃO ORÇAMENTAL MODIFICATIVA, NOS TERMOS E PARA OS EFEITOS DO DISPOSTO NA ALÍNEA A) DO Nº 1 ARTIGO 25º DO ANEXO 1 DA LEI Nº 75/2013, DE 12 DE SETEMBRO, TUDO NOS TERMOS DA RESPETIVA PROPOSTA. FOI A MESMA APROVADA, POR MAIORIA, COM CINQUENTA E QUATRO VOTOS A FAVOR, DOIS VOTOS CONTRA E DOZE ABSTENÇÕES. -----

---QUARTO PONTO – DISCUSSÃO E VOTAÇÃO DA PROPOSTA DA CÂMARA MUNICIPAL DE EMPRÉSTIMO DE MÉDIO E LONGO PRAZO ATÉ AO MONTANTE DE 274.900,00€, ATRAVÉS DO EQ BEI – LINHA BEI PT 2020 – AUTARQUIAS PARA A OBRA “INTERFACE 2 – ESTAÇÃO RODOVIÁRIA DE PASSAGEIROS OPERAÇÃO NORTE-05-1406-FEDER-000187”, NOS TERMOS E PARA OS EFEITOS PREVISTOS NA ALÍNEA F) DO NÚMERO 1 DO ARTIGO 25º DA LEI N.º 75/2013, DE 12 DE SETEMBRO, TUDO NOS TERMOS DA RESPETIVA PROPOSTA.-----

---**PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL** – Fez a apresentação do documento e disse estar à disposição para qualquer esclarecimento. -----

--- **POSTA À VOTAÇÃO A PROPOSTA DA CÂMARA MUNICIPAL DE EMPRÉSTIMO DE MÉDIO E LONGO PRAZO ATÉ AO MONTANTE DE 274.900,00€, ATRAVÉS DO EQ BEI – LINHA BEI PT 2020 – AUTARQUIAS PARA A OBRA “INTERFACE 2 – ESTAÇÃO RODOVIÁRIA DE PASSAGEIROS OPERAÇÃO NORTE-05-1406-FEDER-000187”, NOS TERMOS E PARA OS EFEITOS PREVISTOS NA ALÍNEA F) DO NÚMERO 1 DO ARTIGO 25º DA LEI N.º 75/2013, DE 12 DE SETEMBRO, TUDO NOS TERMOS DA RESPETIVA PROPOSTA. FOI A MESMA APROVADA, POR MAIORIA, COM SESSENTA E SETE VOTOS A FAVOR E UMA ABSTENÇÃO.** -----

---**QUINTO PONTO** – DISCUSSÃO E VOTAÇÃO DA PROPOSTA DA CÂMARA MUNICIPAL DE EMPRÉSTIMO DE MÉDIO E LONGO PRAZO ATÉ AO MONTANTE DE 1.995.678,50€, ATRAVÉS DO EQ BEI – LINHA BEI PT 2020 – AUTARQUIAS PARA A OBRA “ESPAÇOS PÚBLICOS DA ÁREA CENTRAL DA CIDADE - REABILITAÇÃO OPERAÇÃO NORTE-05-2316-FEDER-000162”, NOS TERMOS E PARA OS EFEITOS PREVISTOS NA ALÍNEA F) DO NÚMERO 1 DO ARTIGO 25º DA LEI N.º 75/2013, DE 12 DE SETEMBRO, TUDO NOS TERMOS DA RESPETIVA PROPOSTA. -----

---**PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL** – Fez a apresentação do documento e disse estar à disposição para qualquer esclarecimento. -----

--- **POSTA À VOTAÇÃO A PROPOSTA DA CÂMARA MUNICIPAL DE EMPRÉSTIMO DE MÉDIO E LONGO PRAZO ATÉ AO MONTANTE DE 1.995.678,50€, ATRAVÉS DO EQ BEI – LINHA BEI PT 2020 – AUTARQUIAS PARA A OBRA “ESPAÇOS PÚBLICOS DA ÁREA CENTRAL DA CIDADE - REABILITAÇÃO OPERAÇÃO NORTE-05-2316-FEDER-000162”, NOS TERMOS E PARA OS EFEITOS PREVISTOS NA ALÍNEA F) DO NÚMERO 1 DO ARTIGO 25º DA LEI N.º 75/2013, DE 12 DE SETEMBRO, TUDO NOS TERMOS DA RESPETIVA PROPOSTA. FOI A MESMA APROVADA, POR MAIORIA, COM SESSENTA E SETE VOTOS A FAVOR E UMA ABSTENÇÃO.** -----

---SEXTO PONTO – DISCUSSÃO E VOTAÇÃO DA PROPOSTA DA CÂMARA MUNICIPAL DE ASSUNÇÃO DO COMPROMISSO PLURIANUAL DO APOIO FINANCEIRO NO VALOR DE 76.500,00 € (SETENTA E SEIS MIL E QUINHENTOS EUROS), À UNIÃO DE FREGUESIAS DE LEMENHE, MOUQUIM E JESUFREI, TUDO NOS TERMOS DA RESPETIVA PROPOSTA. -----

---PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL – Fez a apresentação do documento e disse estar à disposição para qualquer esclarecimento. -----

--- POSTA À VOTAÇÃO A PROPOSTA DA CÂMARA MUNICIPAL DE ASSUNÇÃO DO COMPROMISSO PLURIANUAL DO APOIO FINANCEIRO NO VALOR DE 76.500,00 € (SETENTA E SEIS MIL E QUINHENTOS EUROS), À UNIÃO DE FREGUESIAS DE LEMENHE, MOUQUIM E JESUFREI, TUDO NOS TERMOS DA RESPETIVA PROPOSTA. FOI A MESMA APROVADA, POR MAIORIA, COM SESSENTA E SETE VOTOS A FAVOR E UMA ABSTENÇÃO. -----

---SÉTIMO PONTO – DISCUSSÃO E VOTAÇÃO DA PROPOSTA DA CÂMARA MUNICIPAL DE ASSUNÇÃO DOS COMPROMISSOS PLURIANUAIS REFERENTE AO PAGAMENTO DE INDEMNIZAÇÕES A COMERCIANTES DO CENTRO COORDENADOR DE TRANSPORTES, TUDO NOS TERMOS DA RESPETIVA PROPOSTA. -----

---PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL – Fez a apresentação do documento e disse estar à disposição para qualquer esclarecimento. -----

---PAULO PINTO (PS) – Só uma pergunta muito rápida, relativamente ao ponto número sete, segundo me foi chegada a informação, havia uma questão de uma empresa ou de um senhor que tinha lá um negócio de jogos da Santa Casa da Misericórdia, que havia algum problema relativamente à indemnização, não sei se o senhor Presidente nos pode esclarecer, se realmente já está essa situação resolvida, ou o ponto de situação. -----

---PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL – Senhor Deputado, o processo de negociação acerca da saída provisória de todos os lojistas que se encontram naquele espaço está praticamente concluído, há questões de pormenor a serem tratadas e umas são mais complexas do que outras. A questão que aqui referiu, pelo facto de ter os jogos da Santa Casa,

como sabe, é uma situação que tem um conjunto de exigências acerca do local provisório, mas está tudo a ser consensualizado e estamos seguros que vamos encontrar uma solução ao contento de todas as partes, deixando a garantia que a Câmara Municipal fará tudo o que estiver ao seu alcance para que essa questão seja ultrapassada, como é minha convicção que será em breve prazo. -----

--- POSTA À VOTAÇÃO A PROPOSTA DA CÂMARA MUNICIPAL DE ABERTURA DE ASSUNÇÃO DOS COMPROMISSOS PLURIANUAIS REFERENTE AO PAGAMENTO DE INDEMNIZAÇÕES A COMERCIANTES DO CENTRO COORDENADOR DE TRANSPORTES, TUDO NOS TERMOS DA RESPETIVA PROPOSTA. FOI A MESMA APROVADA, POR MAIORIA, COM SESSENTA E SETE VOTOS A FAVOR E UMA ABSTENÇÃO.-----

---OITAVO PONTO – DISCUSSÃO E VOTAÇÃO DA PROPOSTA DA CÂMARA MUNICIPAL DE ABERTURA DE PROCEDIMENTO DE CONCURSO PÚBLICO, COM PUBLICIDADE INTERNACIONAL PARA CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS DE FATURAÇÃO E GESTÃO INTEGRADA DOS SERVIÇOS DE ABASTECIMENTO DE ÁGUA, TRATAMENTO DE ÁGUAS RESIDUAIS E RESÍDUOS SÓLIDOS, COM O PREÇO BASE DE 330.000,00€, TUDO NOS TERMOS DA RESPETIVA PROPOSTA. ---

---PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL – Fez a apresentação do documento e disse estar à disposição para qualquer esclarecimento. -----

--- POSTA À VOTAÇÃO A PROPOSTA DA CÂMARA MUNICIPAL DE ABERTURA DE PROCEDIMENTO DE CONCURSO PÚBLICO, COM PUBLICIDADE INTERNACIONAL PARA CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS DE FATURAÇÃO E GESTÃO INTEGRADA DOS SERVIÇOS DE ABASTECIMENTO DE ÁGUA, TRATAMENTO DE ÁGUAS RESIDUAIS E RESÍDUOS SÓLIDOS, COM O PREÇO BASE DE 330.000,00€, TUDO NOS TERMOS DA RESPETIVA PROPOSTA. FOI A MESMA APROVADA, POR MAIORIA, COM SESSENTA E SEIS VOTOS A FAVOR E DUAS ABSTENÇÕES. -----

---**NONO PONTO** – DISCUSSÃO E VOTAÇÃO DA PROPOSTA DA CÂMARA MUNICIPAL DE ABERTURA DE PROCEDIMENTO DE CONCURSO PÚBLICO, COM PUBLICIDADE INTERNACIONAL PARA REALIZAR A DESPESA RELATIVA AO SERVIÇO DE TRANSPORTES PÚBLICOS PARA O “PASSE SÉNIOR FELIZ” ATÉ AO MONTANTE GLOBAL ESTIMADO DE 250.000,00€, TUDO NOS TERMOS DA RESPETIVA PROPOSTA. -----

---**PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL** – Fez a apresentação do documento e disse estar à disposição para qualquer esclarecimento. -----

--- **POSTA À VOTAÇÃO A PROPOSTA DA CÂMARA MUNICIPAL DE ABERTURA DE PROCEDIMENTO DE CONCURSO PÚBLICO, COM PUBLICIDADE INTERNACIONAL PARA REALIZAR A DESPESA RELATIVA AO SERVIÇO DE TRANSPORTES PÚBLICOS PARA O “PASSE SÉNIOR FELIZ” ATÉ AO MONTANTE GLOBAL ESTIMADO DE 250.000,00€, TUDO NOS TERMOS DA RESPETIVA PROPOSTA. FOI A MESMA APROVADA, POR UNANIMIDADE.**-----

---**DÉCIMO PONTO** – DISCUSSÃO E VOTAÇÃO DA PROPOSTA DA CÂMARA MUNICIPAL DE ABERTURA DE PROCEDIMENTO DE CONCURSO PÚBLICO, COM PUBLICIDADE INTERNACIONAL DESTINADO À CONTRATAÇÃO DO FORNECIMENTO DE ENERGIA ELÉTRICA DE GRANDE POTÊNCIA PARA DIVERSAS INSTALAÇÕES MUNICIPAIS E INSTALAÇÕES ESCOLARES, ATÉ AO MONTANTE GLOBAL ESTIMADO DE 4.158.477,33€ (QUATRO MILHÕES, CENTO E CINQUENTA E OITO MIL, QUATROCENTOS E SETENTA E SETE EUROS E TRINTA E TRÊS CÊNTIMOS), TUDO NOS TERMOS DA RESPETIVA PROPOSTA. -----

---**PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL** – Fez a apresentação do documento e disse estar à disposição para qualquer esclarecimento. -----

--- **POSTA À VOTAÇÃO A PROPOSTA DA CÂMARA MUNICIPAL DE ABERTURA DE PROCEDIMENTO DE CONCURSO PÚBLICO, COM PUBLICIDADE INTERNACIONAL DESTINADO À CONTRATAÇÃO DO FORNECIMENTO DE ENERGIA ELÉTRICA DE GRANDE POTÊNCIA PARA DIVERSAS INSTALAÇÕES MUNICIPAIS E INSTALAÇÕES ESCOLARES, ATÉ AO MONTANTE GLOBAL**

ESTIMADO DE 4.158.477,33€ (QUATRO MILHÕES, CENTO E CINQUENTA E OITO MIL, QUATROCENTOS E SETENTA E SETE EUROS E TRINTA E TRÊS CÊNTIMOS), TUDO NOS TERMOS DA RESPETIVA PROPOSTA. FOI A MESMA APROVADA, POR UNANIMIDADE. -----

---DÉCIMO PRIMEIRO PONTO – DISCUSSÃO E VOTAÇÃO DA PROPOSTA DA CÂMARA MUNICIPAL DE ABERTURA DE PROCEDIMENTO DE CONCURSO LIMITADO POR PRÉVIA QUALIFICAÇÃO, COM PUBLICIDADE INTERNACIONAL - VIGILÂNCIA DO EDIFÍCIO DOS PAÇOS DO CONCELHO, OFICINAS GERAIS E MUSEU FERROVIÁRIO DE LOUSADO, ATÉ AO MONTANTE GLOBAL ESTIMADO DE 647.551,92€ (SEISCENTOS E QUARENTA E SETE MIL, QUINHENTOS E CINQUENTA E UM EUROS E NOVENTA E DOIS CÊNTIMOS), TUDO NOS TERMOS DA RESPETIVA PROPOSTA. -----

---PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL – Fez a apresentação do documento e disse estar à disposição para qualquer esclarecimento. -----

---PAULO PINTO (PS) – Relativamente aos pontos oito, nove e dez, o Partido Socialista irá votar favoravelmente. Relativamente aos pontos onze e doze, temos bastantes reservas nesse sentido, a minha intervenção prende-se exatamente com isso. E relativamente à abertura dos concursos para a vigilância em seis espaços municipais e fazendo a aglomeração do ponto onze e doze, em dois contratos que no seu somatório só representam cerca de dois milhões de euros, com o compromisso até dois mil e vinte e três. Ou seja, primeiro até dois mil e vinte e três, realçar que é para além deste mandato autárquico, e realçar que neste momento que vivemos, que vivemos tempos de incerteza, em que existem perspetivas, infelizmente para todos, de aprofundamento de dificuldades financeiras e sociais, todos devemos ser mais cautelosos possíveis na gestão, principalmente as autarquias, a quem tem a responsabilidade de gerir dinheiros públicos, que no fundo o que aqui estamos a fazer, a Câmara Municipal está a gerir dinheiro de todos os famalicenses. E entendemos que, não é o que está aqui a acontecer com esta possibilidade de gastar cerca de dois milhões de euros para a segurança e vigilância de seis espaços municipais. Não estamos contra a vigilância dos mesmos, parece-nos é que por um lado o valor é exorbitante, e por outro lado, o facto, de ser feito um contrato

até dois mil e vinte e três, muito para além do mandato autárquico, não é no mínimo criterioso nem ajustado, como tal o Partido Socialista irá votar contra os pontos onze e doze. -----

---**PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL** – Na sequência da intervenção do Deputado Paulo Pinto, deixar um contributo para clarificar a proposta que está a ser submetida à votação, relativamente à questão da vigilância, nos pontos respetivos. Os três anos é o prazo máximo de duração do contrato senhor Deputado, os contratos são contratos anuais, está afixado é a possibilidade de haver renovação, a Câmara Municipal querendo, opor-se-á a essa renovação. Nós não estamos, como provavelmente terá interpretado, é a sua leitura, mas não corresponde à verdade, não estamos a celebrar um contrato de três anos senhor Deputado, nós estamos a celebrar um contrato anual, tão só está prevista a possibilidade de duas renovações no limite máximo de três anos, é exatamente o que está no corpo deliberativo da proposta que vai ser votada. Queria clarificar, o que os senhores Deputados estão aqui hoje a votar não é um contrato de três anos, é um contrato anual que pode ter o máximo de três anos de duração, sendo que a renovação é automática e sucessiva na ausência de declaração expressa da Câmara Municipal. -----

---**DANIEL SAMPAIO (CDU)** – Apresentou intervenção escrita que é do seguinte teor: ---

--- “Relativamente aos documentos 11 e 12 em análise, para posterior votação pelos senhores deputados, a CDU continua a insistir em que o modelo dos serviços de vigilância usado pela Câmara para cobrir vários edifícios e outros equipamentos do município, para os quais se propõe abertura de concurso, em nossa opinião não estão em conformidade com os reais interesses públicos, quer no plano económico mas, sobretudo no plano da não sujeição do município a intervenção privada. Há soluções menos onerosas e que assegurarão um controlo direto da autarquia relativamente à eficiência da vigilância, sendo que, para alcançar esta solução, o município teria de envolver trabalhadores na assunção de tais funções, com as respetivas contratualizações integradas no quadro dos recursos humanos do município. Não partilhamos da filosofia de que os organismos públicos, enquanto tal, externalizem tarefas e serviços, pois, na observação estritamente política, estes procedimentos são contrários à filosofia que deve orientar o funcionamento de um organismo público, como o é a Câmara Municipal, evidenciando tal procedimento um insidioso recurso à privatização parcelar de

serviços públicos. Pelo exposto, o voto da CDU será contra a aprovação dos documentos 11 e 12.” -----

--- POSTA À VOTAÇÃO A PROPOSTA DA CÂMARA MUNICIPAL DE ABERTURA DE PROCEDIMENTO DE CONCURSO LIMITADO POR PRÉVIA QUALIFICAÇÃO, COM PUBLICIDADE INTERNACIONAL - VIGILÂNCIA DO EDIFÍCIO DOS PAÇOS DO CONCELHO, OFICINAS GERAIS E MUSEU FERROVIÁRIO DE LOUSADO, ATÉ AO MONTANTE GLOBAL ESTIMADO DE 647.551,92€ (SEISCENTOS E QUARENTA E SETE MIL, QUINHENTOS E CINQUENTA E UM EUROS E NOVENTA E DOIS CÊNTIMOS), TUDO NOS TERMOS DA RESPETIVA PROPOSTA. FOI A MESMA APROVADA, POR MAIORIA, COM CINQUENTA E QUATRO VOTOS A FAVOR, TREZE VOTOS CONTRA E UMA ABSTENÇÃO. -----

---DÉCIMO SEGUNDO PONTO – DISCUSSÃO E VOTAÇÃO DA PROPOSTA DA CÂMARA MUNICIPAL DE ABERTURA DE PROCEDIMENTO DE CONCURSO PÚBLICO, COM PUBLICIDADE INTERNACIONAL - VIGILÂNCIA DO PARQUE DA DEVESA, CENTRO COORDENADOR DE TRANSPORTES E DIVISÃO DE AMBIENTE, ATÉ AO MONTANTE GLOBAL ESTIMADO DE 919.224,00€ (NOVECENTOS E DEZANOVE MIL, DUZENTOS E VINTE E QUATRO EUROS), TUDO NOS TERMOS DA RESPETIVA PROPOSTA. -----

---PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL – Fez a apresentação do documento e disse estar à disposição para qualquer esclarecimento. -----

--- POSTA À VOTAÇÃO A PROPOSTA DA CÂMARA MUNICIPAL DE ABERTURA DE PROCEDIMENTO DE CONCURSO PÚBLICO, COM PUBLICIDADE INTERNACIONAL - VIGILÂNCIA DO PARQUE DA DEVESA, CENTRO COORDENADOR DE TRANSPORTES E DIVISÃO DE AMBIENTE, ATÉ AO MONTANTE GLOBAL ESTIMADO DE 919.224,00€ (NOVECENTOS E DEZANOVE MIL, DUZENTOS E VINTE E QUATRO EUROS), TUDO NOS TERMOS DA RESPETIVA PROPOSTA. FOI A MESMA APROVADA, POR MAIORIA, COM CINQUENTA E CINCO VOTOS A FAVOR, DOZE VOTOS CONTRA E UMA ABSTENÇÃO. -----

---**DÉCIMO TERCEIRO PONTO** – DISCUSSÃO E VOTAÇÃO DA PROPOSTA DA CÂMARA MUNICIPAL DE MEDIDA EXCECIONAL E TEMPORÁRIA NO ÂMBITO DA INFEÇÃO EPIDEMIOLÓGICA COVID-19 – REDUÇÃO DA TAXA DEVIDA PELA UTILIZAÇÃO DAS PISCINAS DESCOBERTAS – RATIFICAÇÃO DO DESPACHO PROFERIDO PELO PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL, TUDO NOS TERMOS DA RESPETIVA PROPOSTA. -----

---**PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL** – Fez a apresentação do documento e disse estar à disposição para qualquer esclarecimento. -----

--- *POSTA À VOTAÇÃO A PROPOSTA DA CÂMARA MUNICIPAL DE MEDIDA EXCECIONAL E TEMPORÁRIA NO ÂMBITO DA INFEÇÃO EPIDEMIOLÓGICA COVID-19 – REDUÇÃO DA TAXA DEVIDA PELA UTILIZAÇÃO DAS PISCINAS DESCOBERTAS – RATIFICAÇÃO DO DESPACHO PROFERIDO PELO PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL, TUDO NOS TERMOS DA RESPETIVA PROPOSTA. FOI A MESMA APROVADA, POR MAIORIA, COM SESSENTA E SETE VOTOS A FAVOR E UMA ABSTENÇÃO.* -----

---**DÉCIMO QUARTO PONTO** – DISCUSSÃO E VOTAÇÃO DA PROPOSTA DA CÂMARA MUNICIPAL DE DESAFETAÇÃO DO DOMÍNIO PÚBLICO PARA O DOMÍNIO PRIVADO DO MUNICÍPIO DE PARCELA DE TERRENO COM A ÁREA DE 156,00 M2, DECORRENTE DA ALTERAÇÃO DO LOTEAMENTO COM ALVARÁ N.º 16/2006, DA UNIÃO DAS FREGUESIAS DE LEMENHE, MOUQUIM E JESUFREI, TUDO NOS TERMOS DA RESPETIVA PROPOSTA. -----

---**PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL** – Fez a apresentação do documento e disse estar à disposição para qualquer esclarecimento. -----

--- *POSTA À VOTAÇÃO A PROPOSTA DA CÂMARA MUNICIPAL DE DESAFETAÇÃO DO DOMÍNIO PÚBLICO PARA O DOMÍNIO PRIVADO DO MUNICÍPIO DE PARCELA DE TERRENO COM A ÁREA DE 156,00 M2, DECORRENTE DA ALTERAÇÃO DO LOTEAMENTO COM ALVARÁ N.º 16/2006, DA UNIÃO DAS FREGUESIAS DE LEMENHE, MOUQUIM E JESUFREI, TUDO NOS*

TERMOS DA RESPETIVA PROPOSTA. FOI A MESMA APROVADA, POR MAIORIA, COM CINQUENTA E CINCO VOTOS A FAVOR E TREZE ABSTENÇÕES. -----

---DÉCIMO QUINTO PONTO – DISCUSSÃO E VOTAÇÃO DA PROPOSTA DA CÂMARA MUNICIPAL DE DESAFETAÇÃO DE PARCELA DE TERRENO AFETA AO DOMÍNIO PÚBLICO E AFETAÇÃO AO DOMÍNIO PRIVADO DO MUNICÍPIO, COM A ÁREA DE 659,00 M2, DECORRENTE DA ALTERAÇÃO DO LOTEAMENTO COM ALVARÁ N.º 47/2001, DA UNIÃO DAS FREGUESIAS DE LEMENHE, MOUQUIM E JESUFREI, TUDO NOS TERMOS DA RESPETIVA PROPOSTA. -----

---PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL – Fez a apresentação do documento e disse estar à disposição para qualquer esclarecimento. -----

---DANIEL SAMPAIO (CDU) – Apresentou intervenção escrita que é do seguinte teor: ---

--- “ Relativamente então ao ponto 15, queremos dizer o seguinte: A CDU não pode deixar passar ao lado a sua incompreensão face à leitura dos considerandos do Documento 15, no seu 3.º parágrafo. O aludido parágrafo reúne os principais fundamentos apresentados pela Câmara para alienar uma parte do espaço verde, que passo a citar: «O Município não necessita, presentemente, de manter a propriedade daquela parcela, não tendo planeada qualquer utilização da mesma, que se encontra abandonada, sendo que devido à sua forma e por se encontrar junto a uma zona industrial, afastada das zonas residenciais, a sua utilização como espaço verde não terá viabilidade». É caso para perguntar senhor Presidente: por que razão é que o executivo municipal só passados 20 anos é que conclui que não tem necessidade de manter a propriedade daquela parcela, por falta de viabilidade da mesma? A gestão desse espaço não poderia ser cedida a cidadãos interessados, por exemplo, na sua preservação? Invoca-se a geometria irregular do espaço verde..., seu afastamento de zona habitacional... o encaixe em zona industrial... como se estes motivos fossem justificações credíveis para a sua eliminação. E impõem-se a pergunta: nas zonas industriais, onde trabalham e convivem pessoas, não se justifica a existência de espaços verdes? Na legislação específica, está clara a existência de espaços verdes nas áreas industriais. Segundo a Câmara, o espaço verde não fica bem naquele espaço. De facto, ficará melhor uma construção ou lá o que for! Para o executivo o importante não são os espaços verdes, pelos vistos, mas as construções. Conhecemos a

tendência. Em suma: o espaço verde senhor Presidente, de 1.138 m², naquela parte que respeita o corte «devido à sua forma» inestética, digo eu, fica mais atrativo depois de lhe ser amputado 659m², que, pelos vistos, não serviam para nada a não ser para uma ‘construção’ privada. Supomos que agora, reduzido a 479 m², aquilo que sobra do espaço verde já terá «viabilidade». Não compreendemos e não aceitamos esta solução. Por isso, votaremos contra.”-----

---**PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL** – Só para clarificar em função da intervenção do senhor Deputado Daniel Sampaio, dizer-lhe duas coisas: Primeiro, todos os espaços que são do domínio público, e que são do interesse e/ou solicitados, seja por juntas de freguesia, seja por associações de moradores, seja por outras entidades, são sempre cedidos senhor Deputado. Não há circunstância alguma, seja o grupo de moradores formal ou informal, seja uma junta de freguesia, seja uma associação, todos esses espaços são cedidos, dezenas de espaços destes têm sido cedidos a instituições e a grupos nesse contexto. Portanto, o que o senhor Deputado aqui disse, não corresponde à verdade, porque a Câmara Municipal faz exatamente o contrário do que aqui referiu. Em segundo lugar, quero dizer o seguinte senhor Deputado: Nós estamos a falar de terrenos com 156 m², 106 m², 659 m², são pequenas parcelas senhor Deputado, e o senhor sabe que ninguém vai construir espaços verdes com este tipo de parcelas. -----

--- Por último, nenhum de nós se responsabiliza por atos de terceiros praticados há vinte ou trinta, ou o que for. É hoje inegável que isto não se repete, aliás é tema, ainda na Reunião de Câmara de ontem, essa questão se discutiu, a Câmara Municipal tem procurado direccionar os promotores para que as cedências ocorram em locais de expansão de espaço público, em locais onde nós precisamos de terrenos para de facto, construir soluções de ponto de vista de plataformas ambientais, de parques recreativos, de parques urbanos, de hortas, o que quer que seja. Isto está planeado no contexto concelhio, temos recebido também solicitações dos senhores Presidentes de Junta, que em muitos casos evidenciam que precisavam de espaço nas suas freguesias para este tipo de equipamentos. Ninguém como nós senhor Deputado, tem criado, ou ajudado a criar espaços verdes no concelho, e o senhor pode testemunhá-lo, nós estamos muito comprometidos com isso, agora, não é com terrenos com 100 m², ou 150 m², ou até com 600 m² que se constroem espaços verdes. -----

---**DANIEL SAMPAIO (CDU)** – Eu peço desculpa, mas a minha intervenção não envolve outros pontos que estão à discussão, é apenas este. Não é um terreno com 160 m2, nem com 200 m2, é um terreno que é amputado na sua utilidade, um espaço verde que a Câmara decidiu, mal, no ver da CDU, porque isso poderia ter outros aproveitamentos, como certamente, não estou a dizer que a Câmara não tenha esse cuidado para a generalidade das questões, mas nesta questão, no nosso entendimento, a Câmara não teve a sensibilidade para manter esse parque, que é tão necessário nessa zona. -----

--- **POSTA À VOTAÇÃO A PROPOSTA DA CÂMARA MUNICIPAL DE DESAFETAÇÃO DE PARCELA DE TERRENO AFETA AO DOMÍNIO PÚBLICO E AFETAÇÃO AO DOMÍNIO PRIVADO DO MUNICÍPIO, COM A ÁREA DE 659,00 M2, DECORRENTE DA ALTERAÇÃO DO LOTEAMENTO COM ALVARÁ N.º 47/2001, DA UNIÃO DAS FREGUESIAS DE LEMENHE, MOUQUIM E JESUFREI, TUDO NOS TERMOS DA RESPETIVA PROPOSTA. FOI A MESMA APROVADA, POR MAIORIA, COM CINQUENTA E CINCO VOTOS A FAVOR, DOZE VOTOS CONTRA E UMA ABSTENÇÃO.** -----

---**DÉCIMO SEXTO PONTO** – DISCUSSÃO E VOTAÇÃO DA PROPOSTA DA CÂMARA MUNICIPAL DE DESAFETAÇÃO DE PARCELA DE TERRENO AFETA AO DOMÍNIO PÚBLICO E AFETAÇÃO AO DOMÍNIO PRIVADO DO MUNICÍPIO, COM A ÁREA DE 106,00 M2, DECORRENTE DA ALTERAÇÃO DO LOTEAMENTO DENOMINADO QUINTA DE REBORDELO, SITO NA UNIÃO DAS FREGUESIAS DE RUIVÃES E NOVAIS, DO CONCELHO DE VILA NOVA DE FAMALICÃO, TUDO NOS TERMOS DA RESPETIVA PROPOSTA. -----

---**PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL** – Fez a apresentação do documento e disse estar à disposição para qualquer esclarecimento. -----

--- **POSTA À VOTAÇÃO A PROPOSTA DA CÂMARA MUNICIPAL DE DESAFETAÇÃO DE PARCELA DE TERRENO AFETA AO DOMÍNIO PÚBLICO E AFETAÇÃO AO DOMÍNIO PRIVADO DO MUNICÍPIO, COM A ÁREA DE 106,00 M2, DECORRENTE DA ALTERAÇÃO DO LOTEAMENTO DENOMINADO QUINTA DE REBORDELO, SITO NA UNIÃO DAS FREGUESIAS DE RUIVÃES E NOVAIS, DO**

CONCELHO DE VILA NOVA DE FAMALICÃO, TUDO NOS TERMOS DA RESPETIVA PROPOSTA. FOI A MESMA APROVADA, POR MAIORIA, COM CINQUENTA E CINCO VOTOS A FAVOR E TREZE ABSTENÇÕES. -----

---DÉCIMO SÉTIMO PONTO – DISCUSSÃO E VOTAÇÃO DA PROPOSTA DA CÂMARA MUNICIPAL DE ALTERAÇÃO DOS ESTATUTOS DA ASSOCIAÇÃO DE MUNICÍPIOS DE FINS ESPECÍFICOS MOBIAVE – SERVIÇOS DE MOBILIDADE E GESTÃO DE TRANSPORTES PÚBLICOS, NOS TERMOS E PARA OS EFEITOS DO DISPOSTO NO N.º 1 DO ARTIGO 108.º E NO N.º 3 DO ARTIGO 109.º, AMBOS DO ANEXO I À LEI N.º 75/2013, DE 12 DE SETEMBRO, NA SUA REDAÇÃO ATUAL, TUDO NOS TERMOS DA RESPETIVA PROPOSTA. -----

---PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL – Fez a apresentação do documento e disse estar à disposição para qualquer esclarecimento. -----

--- POSTA À VOTAÇÃO A PROPOSTA DA CÂMARA MUNICIPAL DE ALTERAÇÃO DOS ESTATUTOS DA ASSOCIAÇÃO DE MUNICÍPIOS DE FINS ESPECÍFICOS MOBIAVE – SERVIÇOS DE MOBILIDADE E GESTÃO DE TRANSPORTES PÚBLICOS, NOS TERMOS E PARA OS EFEITOS DO DISPOSTO NO N.º 1 DO ARTIGO 108.º E NO N.º 3 DO ARTIGO 109.º, AMBOS DO ANEXO I À LEI N.º 75/2013, DE 12 DE SETEMBRO, NA SUA REDAÇÃO ATUAL, TUDO NOS TERMOS DA RESPETIVA PROPOSTA. FOI A MESMA APROVADA, POR MAIORIA, COM SESSENTA E SEIS VOTOS A FAVOR E DUAS ABSTENÇÕES. -----

---DÉCIMO OITAVO PONTO – DISCUSSÃO E VOTAÇÃO DA PROPOSTA DA CÂMARA MUNICIPAL DE CONTRATOS INTERADMINISTRATIVOS DE DELEGAÇÃO DE COMPETÊNCIAS DE OBRAS COM AS JUNTAS DE FREGUESIA DE RUIVÃES E NOVAIS, DELÃES, ANTAS E ABADE DE VERMOIM, ARNOSO (SANTA MARIA E SANTA EULÁLIA) E SEZURES, ESMERIZ E CABEÇUDOS, LOUSADO, FRADELOS, RIBA DE AVE E GAVIÃO, TUDO NOS TERMOS DA RESPETIVA PROPOSTA. -----

---**PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL** – Fez a apresentação do documento e disse estar à disposição para qualquer esclarecimento. -----

--- **POSTA À VOTAÇÃO A PROPOSTA DA CÂMARA MUNICIPAL DE CONTRATOS INTERADMINISTRATIVOS DE DELEGAÇÃO DE COMPETÊNCIAS DE OBRAS COM AS JUNTAS DE FREGUESIA DE RUIVÃES E NOVAIS, DELÃES, ANTAS E ABADE DE VERMOIM, ARNOSO (SANTA MARIA E SANTA EULÁLIA) E SEZURES, ESMERIZ E CABEÇUDOS, LOUSADO, FRADELOS, RIBA DE AVE E GAVIÃO, TUDO NOS TERMOS DA RESPETIVA PROPOSTA. FOI A MESMA APROVADA, POR MAIORIA, COM SESSENTA E SEIS VOTOS A FAVOR E DUAS ABSTENÇÕES.** -----

---**DÉCIMO NONO PONTO** – DISCUSSÃO E VOTAÇÃO DA PROPOSTA DA CÂMARA MUNICIPAL DE NOMEAÇÃO DOS JÚRIS PARA OS PROCEDIMENTOS CONCURSAIS PARA CARGOS DE DIREÇÃO INTERMÉDIA O PROVIMENTO DE LUGARES DE DIREÇÃO INTERMÉDIA DE 2.º GRAU VISANDO O PROVIMENTO DOS LUGARES DE CHEFE DE DIVISÃO MUNICIPAL DAS SEGUINTE UNIDADES ORGÂNICAS: DIVISÃO DE BALCÃO ÚNICO DE ATENDIMENTO E DIVISÃO DE GESTÃO URBANÍSTICA, NOS TERMOS E PARA OS EFEITOS PREVISTOS NO ART.º 13.º DA LEI N.º 49/2012, DE 29 DE AGOSTO, TUDO NOS TERMOS DA RESPETIVA PROPOSTA. -----

---**PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL** – Fez a apresentação do documento e disse estar à disposição para qualquer esclarecimento. -----

--- **POSTA À VOTAÇÃO A PROPOSTA DA CÂMARA MUNICIPAL DE NOMEAÇÃO DOS JÚRIS PARA OS PROCEDIMENTOS CONCURSAIS PARA CARGOS DE DIREÇÃO INTERMÉDIA O PROVIMENTO DE LUGARES DE DIREÇÃO INTERMÉDIA DE 2.º GRAU VISANDO O PROVIMENTO DOS LUGARES DE CHEFE DE DIVISÃO MUNICIPAL DAS SEGUINTE UNIDADES ORGÂNICAS: DIVISÃO DE BALCÃO ÚNICO DE ATENDIMENTO E DIVISÃO DE GESTÃO URBANÍSTICA, NOS TERMOS E PARA OS EFEITOS PREVISTOS NO ART.º 13.º DA LEI N.º 49/2012, DE 29 DE AGOSTO, TUDO NOS TERMOS DA RESPETIVA PROPOSTA. FOI A MESMA**

APROVADA, POR MAIORIA, COM CINQUENTA E CINCO VOTOS A FAVOR E TREZE ABSTENÇÕES.-----

--- Acabada a ordem do dia, passou-se, de imediato, ao período de:-----

-----**DEPOIS DA ORDEM DO DIA**-----

--- Para este período não há inscrições do público, e nada mais havendo a tratar, foi dada a reunião como encerrada às zero horas e catorze minutos. -----

-----**O PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL**-----

-----**O SECRETÁRIO**-----

--- Fazem parte integrante desta ata os seguintes documentos: -----

--- Registo de Presenças; -----

--- Moções (duas) apresentadas pelo Grupo Municipal do BE; -----

--- Votos de Congratulação (dois) apresentados pelo Grupo Municipal do Partido Socialista;

--- Voto de Saudação e Moções (duas) apresentadas pelo Grupo Municipal da CDU; -----

--- Votos de Congratulação (dois) apresentados pelo Grupo Municipal do PSD; -----

--- Declaração de Voto apresentada pelo senhor Deputado Paulo Pinto, Grupo Municipal do Partido Socialista; -----

--- Documentos referentes aos pontos, um, dois, três, quatro, cinco, seis, sete, oito, nove, dez, onze, doze, treze, catorze, quinze, dezasseis, dezassete, dezoito e dezanove;-----

--- Minutas de atas referentes aos pontos, dois, três, quatro, cinco, seis, sete, oito, nove, dez, onze, doze, treze, catorze, quinze, dezasseis, dezassete, dezoito e dezanove.-----

